DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8171 • SÃO PAULO, 13 A 15 DE JULHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Mudanças climáticas potencializam extremos de secas e cheias na AM

Geral Pág.06

O desmatamento e as queimadas, combinados com as mudanças climáticas, estão entre os motivos da modificação do ciclo hidrológico dos rios amazônicos, cuja intensidade tem aumentado nos últimos anos. Isso tem causado cheias e secas mais extremas, ocorrendo com menor intervalo de tempo. Um exemplo é a seca histórica de 2023, responsável pelo maior declínio dos níveis dos rios já observado na região. No Rio Negro, o nível da água no porto de Manaus atingiu 14,75 metros, o menor já registrado desde o início dos registros em 1902. Segundo o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Jochen Shöngart, somente nas duas primeiras décadas do século 21, foram registrados nove eventos de cheias severas, o mesmo número de ocorrências do século passado inteiro.

(Foto: Getty)

O desmatamento, as queimadas e as mudanças climáticas estão alterando o regime hidrológico nos rios da Amazônia, levando a eventos extremos

Leis e Projetos Pág.02

Brasil dá passo rumo à sustentabilidade com projeto de incentivo ao hidrogênio limpo

Esportes Pág.08

Polêmica no futebol: Abel Ferreira é acusado de xenofobia após vitória do Palmeiras

Política Pág.03

Indícios apontam ligação entre 'Abin paralela' e minuta do golpe

Segundo a PF, a estrutura paralela de espionagem montada na Abin durante o governo Bolsonaro, a 'Abin paralela', está relacionada ao planejamento das ações que culminaram na elaboração da minuta do decreto de intervenção, a chamada minuta do golpe, coordenada pelo ex-presidente para impedir a posse de Lula após vencer a eleição de 2022.

Economia Pág.04

Câmara aprova mudanças do Senado no marco do hidrogênio verde

A Câmara aprovou a maior parte das mudanças feitas pelo Senado no marco legal do hidrogênio verde, que cria incentivos tributários para estimular a produção do combustível e descarbonizar a matriz energética brasileira, por meio do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro).

Esportes Pág.08

Jogo entre Atlético-MG e São Paulo esquenta com VAR acertando bola na barriga de Paulinho

Internacional Pág.05

França: sindicato ameaça greve caso Macron ignore extrema-esquerda na formação de governo

Política Pág.03

MPF pede federalização de casos de alta letalidade policial no RJ

(Foto: Reuters/Sergio Moraes)

Chacina de Jacarezinho foi a maior já registrada no Rio.

A chamada Chacina do Jacarezinho, ocorrida em 2021 durante operação policial que deixou 28 mortos, com claros indícios de violação dos direitos humanos, é um dos quatro casos de violência no Rio que levaram o MPF a pedir à PGR a federalização das investigações.

Política Pág.03

Investigação sobre 'Abin paralela' menciona plano para matar Moraes

Em áudio, o militar Giancarlo Gomes e o agente da PF Bormevet cogitam assassinar o ministro

O esquema de espionagem chefiado pelo ex-presidente Bolsonaro em seu governo, chamado 'Abin paralela', chegou a cogitar o assassinato do ministro Alexandre de Moraes, conforme apurou a PF em mensagens trocadas entre dois investigados, Marcelo Araújo Bormevet e Giancarlo Gomes Rodrigues, presos preventivamente quinta-feira, que atuavam no Centro de Inteligência Nacional da Abin na gestão de Alexandre Ramagem. Num diálogo, a dupla discute a produção de um dossiê sobre Moraes no qual tentam associar o magistrado a uma suposta investigação sobre corrupção. A PF apontou "indicativo de violência e ações ligadas à tentativa de impeachment" do ministro. Um deles cita "tá ficando f... isso. Esse careca (Moraes) está merecendo algo a mais". O outro responde: "Só 7.62", uma referência ao número do calibre de uma munição. Em seguida, o interlocutor menciona a expressão "head shot", que significa tiro na cabeça em inglês.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

CULTURA

Meninas Malvadas - O Musical: fenômeno pop estreia no Brasil em 2025
https://shre.ink/DSor

Contexto Jurídico Pág.10

Investigação da PF leva a prisões e afastamentos de envolvidos em monitoramento ilegal

Internacional Pág.05

Cresce apelo de democratas para saída de Biden da disputa presidencial

Economia Pág.04

Itaú eleva estimativa de IPCA deste ano de 3,8% para 4%

Política Pág.03

Polícia pede prorrogação do prazo para investigar Pablo Marçal

Internacional Pág.05

Audiência na OEA ouve vítimas de grandes tragédias ocorridas no Brasil

Esportes Pág.08

Jogos eletrônicos ganham destaque com parceria entre COI e Arábia Saudita

Economia Pág.04

Após 2 meses de alta, setor de Serviços tem crescimento zero em maio

Geral Pág.06

Pai de Cid usou escritório da Apex em Miami para negociar joias desviadas

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,46%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0703%
Taxa básica financeira - TBF	0,8042%
Ibovespa (pontos)	126.267
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,10%
CDB pré 90 dias - ano	10,13%
CDI acumulado - mês	0,12%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,4610/R$ 5,4620
Dolar turismo	R$ 5,4970/R$ 5,6770
Euro turismo	R$ 5,9210/R$ 5,9210

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Estudo revela que custos da eletricidade e do gás de cozinha comprometem segurança alimentar no País

De acordo com uma pesquisa encomendada pelo Instituto Pólis e apresentada em um seminário da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, 36% das famílias brasileiras gastam mais da metade do orçamento mensal com energia elétrica e gás de cozinha. Nas regiões Norte e Nordeste do país, esses gastos superam até mesmo as despesas com comida, comprometendo a segurança alimentar das famílias.

Os dados do levantamento "Justiça Energética" foram produzidos pelo Ipec - Inteligência em Pesquisa e Consultoria e apresentados durante um debate promovido pela deputada Carla Ayres (PT-SC), suplente do mandato do deputado Pedro Uczai (SC), licenciado para tratamento de saúde.

Henrique Frota, um dos representantes do Instituto Pólis, explicou que o objetivo da pesquisa é entender a opinião da população brasileira sobre o peso da energia elétrica e do gás de cozinha no orçamento familiar. Ele ressaltou: "A energia elétrica apareceu junto com a alimentação como o principal fator de despesa na renda familiar de diversas classes sociais, evidentemente com peso maior nas famílias de baixa renda".

Maria Gabriela Feitosa, também representando o Pólis, destacou que o grande dado da pesquisa é que a energia elétrica tem deixado a população brasileira mais pobre. Ela afirmou: "Pagar a conta de luz tem sido um desafio para os mais pobres. 60% das famílias das classes D e E, com renda domiciliar de até um salário mínimo, declararam que a conta de luz está atrasada". Além disso, Maria Gabriela acrescentou que 30% dos entrevistados têm reduzido ou deixado de comprar alimentos básicos e bens de consumo para lidar com esses gastos.

Projeto impede tributação federal de incentivo estadual concedido a empresa

O Projeto de Lei 1009/24, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, propõe uma importante mudança relacionada aos incentivos fiscais concedidos pelos estados às empresas. Vou resumir os principais pontos:

1. Objetivo do Projeto:

• O PL 1009/24 visa excluir os incentivos fiscais ou financeiros de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) concedidos pelos estados das bases de cálculo de quatro tributos federais: IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

• Atualmente, esses incentivos são tributados, mas a proposta busca alterar essa prática.

2. Retroatividade e Requisitos:

• A exclusão dos incentivos será retroativa, aplicando-se a eventos anteriores à lei.

• Não dependerá da demonstração de cumprimento de requisitos por parte das empresas beneficiadas.

3. Argumento do Deputado Mendonça Filho:

• O deputado Mendonça Filho (União-PE) argumenta que a Lei 14.789/23 abriu a possibilidade de a União cobrar impostos sobre os incentivos de ICMS concedidos pelos estados.

• Para ele, essa tributação viola o pacto federativo, pois permite que a União reduza indiretamente os incentivos fiscais estaduais.

4. Próximos Passos:

• O PL 1009/24 seguirá para análise nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

• Para se tornar lei, o projeto ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

Essa proposta busca equilibrar a relação entre os entes federativos e pode ter impactos significativos na tributação e nos incentivos concedidos às empresas.

Para especialistas, oferecer informações de forma simples é desafio dos portais da administração pública

A avaliação realizada por representantes da Câmara, da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) destaca a importância de oferecer informações de maneira simples e clara nos portais públicos. Atualmente, 98% dos órgãos da administração pública possuem portais institucionais, mas o índice de transparência dessas páginas é de apenas 57,92%.

Durante um ciclo de debates na Câmara sobre portais de transparência da administração pública, o Secretário da Transparência da Câmara, deputado Bruno Ganem (Pode-SP), ressaltou que o uso desses portais pelo cidadão contribui para uma melhor utilização dos recursos públicos. Além disso, a ferramenta permite verificar se as escolhas dos gestores estão alinhadas com o interesse da sociedade.

O ministro do TCU, Jorge Oliveira, enfatizou a importância de facilitar o acesso à informação pública para a população. Ele destacou que as informações devem ser claras e simples, permitindo que o cidadão compreenda, opine e cobre a administração em todas as esferas, garantindo a execução adequada das políticas públicas.

É positivo observar que o diagnóstico de transparência tem melhorado ao longo dos anos, com o TCU e outros tribunais de contas do Brasil desempenhando um papel fundamental como indutores dessa política, auxiliando os gestores e fornecendo treinamento. Diversos acórdãos do tribunal também determinam que os órgãos da administração transmitam informações nos portais de forma transparente e acessível.

Câmara aprova projeto que prevê incentivos ao hidrogênio com baixa emissão de carbono

(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Arnaldo Jardim, relator do projeto.

"A Câmara dos Deputados aprovou emendas do Senado ao Projeto de Lei 2308/23, que regulamenta a produção de hidrogênio considerado de baixa emissão de carbono (hidrogênio verde), instituindo uma certificação voluntária e incentivos federais tributários. O texto agora segue para sanção presidencial.

Uma das principais mudanças propostas é o aumento da quantidade de dióxido de carbono por quilograma de hidrogênio produzido a partir da fonte de energia utilizada para obter o hidrogênio. Enquanto o texto original da Câmara previa um índice igual ou menor a 4 Kg de CO2, o Senado aprovou 7 Kg. Além disso, outra mudança relevante é a retirada da previsão de diminuição gradativa desse limite a partir de 2030.

As emendas do Senado receberam parecer favorável do relator, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). Ele destacou que a modificação do Senado possibilitará a produção de hidrogênio a partir de biocombustíveis. "A maior parte do hidrogênio produzido no mundo atualmente provém de combustíveis fósseis. Com essa legislação, estamos incentivando a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono", explicou.

O Ministério de Minas e Energia concordou em enviar, a cada seis meses, um relatório sobre a utilização do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro). Além disso, a pasta também enviará um plano de trabalho do regime em até 90 dias após a sanção da proposta.

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP), uma das autoras da proposta, agradeceu o acordo com o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), para garantir o envio de informações pelo Executivo. O projeto também tem como autor o deputado Gilson Marques (Novo-SC).

Adriana Ventura ressaltou: "O hidrogênio é o combustível do futuro e pode ser usado para várias finalidades, como transporte, aquecimento e geração de energia elétrica. No Brasil, estamos lançando as bases para esse mercado promissor".

Deputados aprovam em dois turnos PEC que facilita pagamento de dívidas de partidos políticos

(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Deputados na sessão do Plenário de quinta-feira.

A Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição 9/23, que cria um Refis para partidos políticos, seus institutos ou fundações. Essa medida visa regularizar débitos com isenção de juros e multas, aplicando apenas correção monetária sobre os montantes originais. A PEC será enviada ao Senado.

Além disso, a PEC considera como cumprida a aplicação de recursos em candidaturas de pessoas pretas e pardas nas eleições ocorridas até a promulgação da futura emenda constitucional. No entanto, essa regra valerá apenas se o partido aplicar, nas quatro eleições seguintes à promulgação da emenda e a partir de 2026, a diferença em relação à cota que não foi cumprida nas eleições anteriores.

O parcelamento de dívidas dos partidos poderá ocorrer em até 180 meses, a critério do partido. Dívidas previdenciárias serão parceladas em 60 meses. Os partidos poderão utilizar recursos do Fundo Partidário para pagar essas dívidas, abrangendo sanções e penalidades de natureza eleitoral ou não.

Além disso, o texto estende o instituto da imunidade tributária de partidos políticos, seus institutos ou fundações a todas as sanções de natureza tributária, exceto às previdenciárias. Isso inclui a devolução e o recolhimento de valores determinados em processos de prestação de contas eleitorais e anuais, bem como juros e multas ou condenações aplicadas por órgãos da administração pública direta e indireta em processos administrativos ou judiciais.

Câmara aprova PEC que destina 5% de emendas parlamentares ao Orçamento para prevenção de desastres

(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Gilson Daniel, relator da PEC.

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pela Câmara dos Deputados representa um passo importante para a prevenção de desastres no Brasil. Vamos resumir os principais pontos:

1. Reserva de Recursos:

• A PEC reserva 5% dos valores de emendas individuais de parlamentares e de emendas de bancada para a prevenção de desastres.

• Estima-se que essas emendas parlamentares representarão cerca de R$ 1,7 bilhão, totalizando R$ 8,9 bilhões para emergências.

2. Utilização dos Recursos:

• Os recursos serão destinados a ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres, conforme a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

• Especificamente para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), a PEC determina que o valor mínimo alocado seja igual ao destinado pelas emendas de bancadas.

3. Repasses Diretos:

• A União repassará os recursos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sem a necessidade de celebração de convênios.

• Mesmo em caso de inadimplência do ente federativo, a prestação de contas não será prejudicada.

4. Outras Fontes de Recursos:

• Temporariamente, outras fontes de recursos também serão utilizadas para ações de preparação, mitigação e prevenção de desastres.

• Essas fontes incluem o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), o Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União (Proap), o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e receitas das agências reguladoras ANTT e Antaq.

Essa medida visa fortalecer a capacidade do país em lidar com situações de risco e proteger a população diante de desastres naturais e emergências.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNDAÇÃO VANZOLINI
TIRAGEM AUDITADA
ANATEC

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Agentes de Abin paralela sabiam sobre minuta de golpe, indica PF

Ao menos dois dos investigados presos quinta-feira (11) na Operação Última Milha tinham conhecimento sobre a existência de uma minuta de decreto para promover um golpe de Estado, que poderia ser assinada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Última Milha, tocada pela Polícia Federal (PF), apura uma suposta estrutura paralela de espionagem montada na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que teria como objetivo monitorar ilegalmente adversários pessoais e políticos do clã Bolsonaro.

A "minuta do golpe" é alvo de um outro inquérito, que tem como alvo o ex-presidente JBolsonaro e assessores próximos. As duas investigações tramitam sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

(Foto: Antônio Augusto/Secom/TSE)

As duas investigações contra Bolsonaro tramitam sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Uma das bases da investigação sobre a Abin paralela são os diálogos mantidos entre o militar Giancarlo Gomes Rodrigues e seu superior, o policial federal Marcelo Araújo Bormevet. Os dois eram os responsáveis por operar diretamente o programa First Mile, adquirido pela Abin e capaz de monitorar o posicionamento geográfico de aparelhos celulares sem ser detectado pelo sistema de telefonia.

A PF aponta que as buscas feitas no First Mile coincidem com as conversas trocadas entre os dois, que foram obtidas pelos investigadores. Em dado momento, destaca a PF, Bormevet pergunta a Giancarlo: "O Nosso PR imbrochável já assinou a porra do decreto?". O militar responde: "Assinou nada. Tá foda essa espera, se é que vai ter alguma coisa".

Para os investigadores, "as referências relacionadas ao rompimento democrático declaradas pelos policiais é circunstância relevante que indica no mínimo potencial conhecimento do planejamento das ações que culminaram na construção da minuta do decreto de intervenção".

Polícia Civil pede mais 90 dias para investigar Pablo Marçal por tentativa de homicídio

A Polícia Civil de Piquete, a 208 km da capital paulista, solicitou à Justiça prorrogação da investigação por suposta tentativa de homicídio privilegiado contra o pré-candidato a prefeito de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) por colocar a vida de 30 pessoas em risco durante uma escalada ao Pico dos Marins durante uma madrugada chuvosa no Vale do Paraíba. A pena vai de 6 a 20 anos de reclusão, mas é reduzida de um sexto a um terço (art. 121, parágrafo 1º, do Código Penal).

As autoridades policiais pediram quinta-feira, 11, mais 90 dias para finalizar o inquérito. A dilação de prazo tem aval do Ministério Público, mas por 30 dias apenas. O caso será decidido pela Vara Única de Piquete. A reportagem procurou a assessoria do ex-coach, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria. O espaço está aberto.

Durante a escalada no interior paulista, pessoas passaram mal diante das condições climáticas adversas. Marçal, à época, afirmou que não mandou ninguém subir a montanha e que cada um foi responsável pelos próprios atos. Marçal tentou junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) trancar o inquérito conduzido no interior, mas não conseguiu e a investigação continuou.

O local no Vale do Paraíba é conhecido pelo turismo montanhoso e conta com 2.420 metros de altitude.

Padilha avalia que semestre foi 'muito positivo' para governo no Congresso

O ministro das relações institucionais, Alexandre Padilha, avaliou, na manhã desta sexta-feira, 12, que o governo federal teve um semestre "muito positivo" com o avanço da agenda econômica social no Congresso. "Com a joia da coroa que foi a aprovação da regulamentação da reforma tributária na Câmara", pontuou.

Para o segundo semestre, mesmo com as eleições municipais, Padilha garantiu que o governo estará focado nas entregas de ações, com projetos como o pé de meia e o Farmácia Popular, e com esforços concentrados em agosto e setembro para concluir a votação da regulamentação da reforma tributária no Senado.

"Nossa meta é concluir esse ano com a regulamentação da reforma tributária, acabando com a balbúrdia tributária no País", afirmou o Padilha.

O ministro falou nesta manhã a jornalistas antes de participar de ciclo de debates promovido pela Fundação FHC, no centro histórico de São Paulo.

Abin paralela: em conversa sobre Moraes, presos citam 'tiro na cabeça'

(Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil)

Softwares foram usados em mensagens trocadas por dois investigados.

Com o avanço da investigação sobre a atuação da "Abin paralela" durante o governo Bolsonaro, a Polícia Federal afirmou que o sistema First Mile - que rastreia o deslocamento de um celular a partir de torres de telecomunicações - não foi o único usado pelo grupo sob suspeita de espionagem ilegal de autoridades.

A corporação identificou sistemas "ilegítimos" pagos em dólar e euro para uso em "casos mais sensíveis", que envolviam a arapongagem de ministros do Supremo Tribunal Federal e políticos. O uso desses softwares foi constatado, conforme a PF, em mensagens trocadas entre dois investigados, Marcelo Araújo Bormevet e Giancarlo Gomes Rodrigues.

Presos preventivamente anteontem, os dois atuavam no Centro de Inteligência Nacional da Agência Brasileira de Inteligência na gestão de Alexandre Ramagem. No diálogo mencionado no relatório da PF, a dupla discute a produção de um dossiê sobre o ministro do Supremo Alexandre de Moraes no qual tentam associar o magistrado a uma suposta investigação sobre corrupção.

O "levantamento" foi realizado em junho de 2020, época em que o Supremo havia confirmado a legalidade do inquérito das fake news. As informações constam do relatório da PF e do parecer da Procuradoria-Geral da República que levaram à abertura da quarta fase da Operação Última Milha, na manhã de quinta-feira.

'Violência'

Ao analisar a conversa dos ex-auxiliares de Ramagem na Abin sobre Moraes, a PF apontou "indicativo de violência e ações relacionadas à tentativa de impeachment" do ministro do STF. No diálogo, um deles escreveu: "Tá ficando f... isso. Esse careca (Moraes) está merecendo algo a mais". A resposta foi: "Só 7.62", uma referência, para a PF, ao número do calibre de uma munição. "Head shot", finaliza o interlocutor. Head shot significa tiro na cabeça.

Para a Procuradoria-Geral da República, a opção por sistemas clandestinos se dava em razão de eles facilitarem a ocultação dos rastros da espionagem.

Pacheco diz que PEC da Anistia vai para CCJ e não haverá 'açodamento'

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse na última sexta-feira, 12, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá anistia a partidos políticos não será encaminhada diretamente ao plenário da Casa Alta do Congresso, como ocorreu na Câmara.

O senador indicou que a PEC não será tratada com "açodamento", mas evitou se posicionar sobre o mérito da proposta. Pacheco participa de sabatina em um congresso realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

"Essa PEC foi idealizada e tramita na Câmara há algum tempo. Há um grande entusiasmo de presidentes de partidos políticos. Não tendo chegado na Câmara, não me debrucei sobre o tema. Ao chegar no Senado, vamos fazê-lo. Não há nenhum tipo de compromisso meu de ir imediatamente ao plenário do Senado, com açodamento. Inclusive, cuidarei de encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça para sua avaliação", disse.

Pacheco reforçou que "não tem compromisso com o mérito" da proposta, mas que recebeu informações de que o conteúdo foi alterado.

"Recentemente, quando perguntado lá atrás sobre anistia a partidos políticos, me manifestei publicamente contra essa perspectiva. Mas mudaram muito os parâmetros dessa proposta e não quero fazer juízo de valor preconceituoso sobre a medida", afirmou.

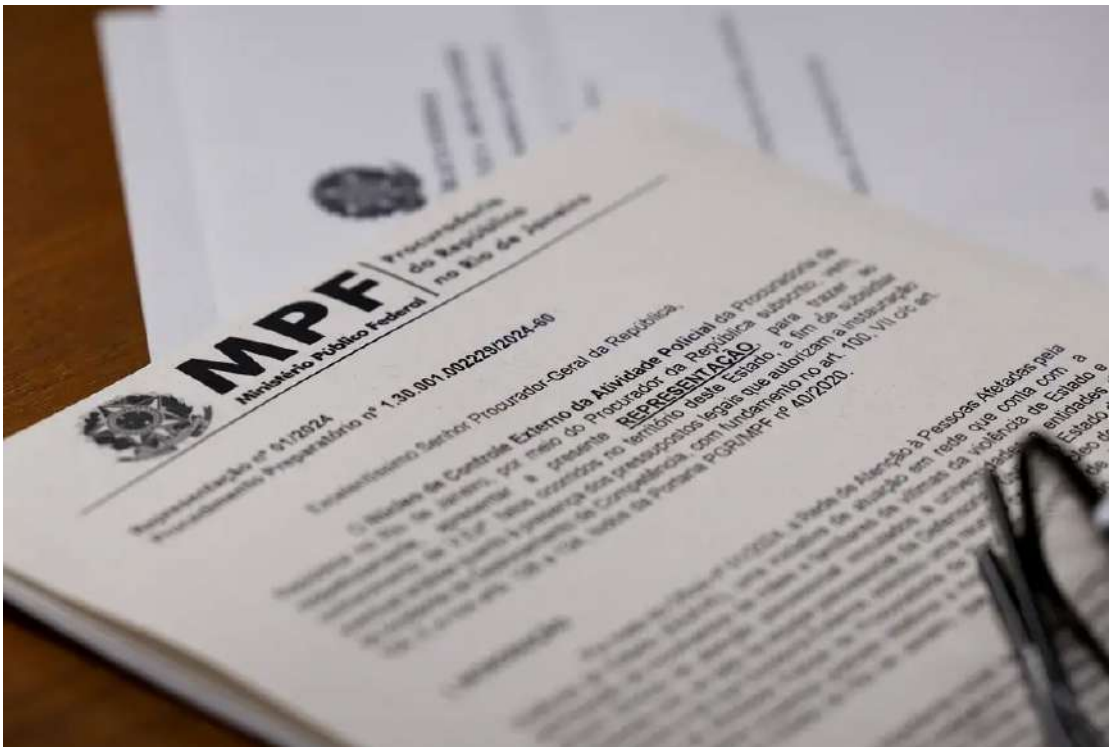
"O que se argumenta é que algumas modificações foram implementadas pelo TSE no curso do período eleitoral e se causou uma distorção ao longo do tempo", completou.

PGR irá avaliar federalização de casos de letalidade policial no RJ

O Ministério Público Federal (MPF) estuda pedir a federalização de quatro casos envolvendo letalidade policial no Rio de Janeiro. Um deles envolve a chamada Chacina do Jacarezinho, ocorrida em 2021 durante operação policial que deixou 28 mortos é considerada mais letal da histórica da capital fluminense. A discussão ocorre tendo em vista indícios de violações de direitos humanos em processos que tramitam na esfera estadual.

A palavra final cabe ao procurador-geral da República, Paulo Gonet. Um eventual pedido de federalização dos casos precisa ser encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Não há um prazo para que Gonet tome sua decisão. Ele deverá avaliar a questão com base em uma representação protocolada a quarta-feira (10) pelo procurador Eduardo Benones, coordenador do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial do MPF no Rio de Janeiro, que se manifesta favoravelmente a um pedido de deslocamento da

(Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Um dos casos envolve a Chacina do Jacarezinho, que deixou 28 mortos.

competência da esfera estadual para a esfera federal.

Caso ocorra a federalização, há impacto tanto para o julgamento como para o processo de investigação e de apresentação da denúncia, que deixariam de ser feitas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e passariam para a Polícia Federal e o MPF.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Itaú eleva projeção de IPCA 2024 de 3,8% para 4% e 2025 de 3,7% para 4%

O Itaú Unibanco elevou ontem, 12, sua projeção para o IPCA deste ano e do seguinte. A expectativa para o IPCA fechado em 2024 passou de alta de 3,8% para 4,0%, enquanto a de 2025 saiu de 3,7% também para 4,0%.

A expectativa para o dado fechado deste ano incorpora parte dos efeitos da depreciação do câmbio em 2024 e ainda o reajuste de 7% de gasolina anunciado recentemente pela Petrobras, conforme o relatório assinado pelo economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita

Segundo o banco, o balanço de riscos para a projeção de IPCA segue assimétrico de alta. Conforme menciona, um câmbio ainda mais depreciado pode ter efeitos adicionais sobre alimentos e industriais. Além disso, o mercado de trabalho apertado pode se traduzir numa inflação de serviços subjacentes mais próxima de 6%, ante a estimativa do banco de 5,5% em 2024.

"Para piorar, um novo atraso na devolução dos choques dos preços de alimentos in natura pode levar nossa projeção de alimentos para próximo de 6% (vs. 5% no nosso cenário)", acrescenta. Em contrapartida, cita que o aumento do aporte da Eletrobras de forma a zerar as contas da covid e de escassez hídrica é um risco de baixa para nossa projeção.

Em relação à expectativa de IPCA do próximo ano - que passou de 3,7% para 4,0% -, o Itaú afirma que a estimativa considera o efeito do real mais depreciado recentemente e a inércia maior de 2024.

Atividades turísticas caem 0,2% em maio ante abril e 0,7% em relação a maio de 2023, diz IBGE

O agregado especial de Atividades turísticas recuou 0,2% em maio ante abril, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo Instituto IBGE. O segmento opera 4,6% acima do patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia, e 3,0% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014.

Na comparação com maio de 2023, o volume de atividades turísticas no Brasil diminuiu 0,7% em maio de 2024, interrompendo uma sequência de 37 meses de taxas positivas consecutivas.

Regionalmente, seis dos 12 locais pesquisados tiveram retração na atividade turística em maio ante abril. O destaque foi o tombo de 32,3% no Rio Grande do Sul, em decorrência das inundações, "que danificaram os estabelecimentos de prestação de serviços, destruíram a infraestrutura das cidades e reduziram, em larga escala, a mobilidade da população".

"Em contrapartida, o show da Madonna pode ter tido impacto positivo no turismo no Rio de Janeiro", apontou Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE. O Rio de Janeiro (2,5%) e a Bahia (1,9%) tiveram os principais avanços em maio ante abril.

Na comparação com maio de 2023, cinco das 12 Unidades da Federação investigadas mostraram recuo nos serviços de turismo, com destaque também para o Rio Grande do Sul, com uma perda de 39,4%, seguido por São Paulo (-2,0%).

Setor de mineração luta para escapar do imposto do pecado

O setor de mineração teve uma vitória na reta final da tramitação do Projeto de Lei Complementar 68/2024, que muda o sistema tributário brasileiro, na Câmara dos Deputados. O setor conseguiu baixar a alíquota prevista no texto inicial do relator, Reginaldo Lopes (PT-MG).

O movimento liderado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) conseguiu sensibilizar os parlamentares de que o "imposto do pecado" afetaria a competitividade do setor. As mineradoras conseguiram reduzir de 1% para 0,25% o imposto sobre minério de ferro.

Agora o setor vai atuar no senado para não permitir que, para aumentar a arrecadação, o governo tente novamente aumentar a alíquota.

O PL será apreciado pelo Senado. Indicado para relatar a proposta, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) anunciou que a tramitação seguirá o ritmo normal, com análise pelas comissões, para permitir mais tempo de debate entre os parlamentares.

O senador deixou nas entrelinhas que o texto vai tramitar sem pressa na Casa. E isso vai permitir que setores que prejudicados pelo imposto seletivo se mobilizem para saírem da guilhotina, como é o caso das mineradoras que conseguiram uma vitória parcial na Câmara, com alíquota para 0 25% do minério de ferro.

Elas agora têm um vislumbre de convencer senadores a tirar do texto essa taxação, com argumentos de que tal medida prejudica o setor e o país. Mas nos bastidores o que se comenta é que esse imposto é para "pegar a Vale", que até hoje não acertou as contas com a sociedade dos desastres de Mariana e Brumadinho.

Retirada da Urgência Constitucional

O governo havia pedido urgência constitucional para tramitação do PL no Congresso para que o texto fosse aprovado em 45 dias. Mas lideranças parlamentares do próprio governo e da oposição decidiram pela retirada da urgência. Isso vai permitir aos senadores mais debates sobre o projeto e a possibilidade de pressões por mudanças significativas no texto aprovado pela Câmara.

Setor de Serviços fica estável em maio, diz IBGE

(Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil)

No acumulado do ano de 2024, houve crescimento de 2,0% se comparado ao mesmo período de 2023.

Após dois meses seguidos de alta, o volume de serviços prestados no país ficou estável (0,0%) na passagem de abril para maio. Já em relação a maio de 2023, o setor registrou alta de 0,8%, após ter avançado 5,5% em abril passado. Com o resultado, os serviços estão 12,7% acima do nível de fevereiro de 2020, período da pré-pandemia e 0,9% abaixo de dezembro de 2022, quando ocorreu o ponto mais alto da série histórica. No acumulado do ano de 2024, mostrou crescimento de 2,0% se comparado ao mesmo período de 2023. Nos últimos 12 meses, no entanto, apresentou queda de ritmo passando de 1,6% em abril para 1,3% em maio de 2024. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada nesta sexta-feira (12) pelo IBGE.

Para o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, mesmo com a variação nula, houve disseminação de taxas negativas em termos setoriais e ainda nos regionais. Das cinco atividades pesquisadas na PMS, três apresentaram recuo. O destaque foi o setor de transportes (1,6%). "Influenciado, principalmente, pela menor receita vinda do transporte aéreo, e, em seguida, do rodoviário coletivo de passageiros", completou o gerente.

As outras atividades que tiveram quedas foram informação e comunicação (-1,1%) e em outros serviços (-1,6%). Com altas de 5,3% e 4,5%, respectivamente, vinham com dois resultados positivos seguidos.

Entre os setores com avanços, os serviços prestados às famílias cresceram 3,0% e recuperou integralmente a perda de 2,7% do mês anterior. Neste caso, a principal influência positiva foi o setor dos restaurantes.

O gerente informou que o Dia das Mães pode ser a explicação para a alta, uma vez que aumenta o movimento das pessoas que saem para comer fora de casa em reuniões familiares.

Câmara aprova mudanças do Senado no marco do hidrogênio verde e projeto vai à sanção

(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Proposta cria incentivos tributários para estimular a produção e descarbonizar a matriz energética brasileira.

A Câmara aprovou na noite de quinta-feira, 11, a maior parte das mudanças feitas pelo Senado no marco legal do hidrogênio verde. O projeto vai agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta cria incentivos tributários para estimular a produção de hidrogênio verde e descarbonizar a matriz energética brasileira, por meio do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro).

Pelo texto, os créditos fiscais serão concedidos de 2028 a 2032. Hidrelétricas e produtores de biocombustíveis, como etanol, também poderão participar do Rehidro, além da biomassa, biogás, biometano e energias éolica e solar. O valor dos benefícios chega a R$ 18,3 bilhões nos cinco anos.

O projeto prevê ainda que caberá à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizar a produção, importação, transporte, exportação e armazenagem de hidrogênio. Somente empresas brasileiras e sediadas no Brasil é que poderão produzir o hidrogênio verde.

O relator na Câmara, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), acatou na íntegra nove emendas feitas pelo Senado ao texto. Duas foram aceitas de forma parcial porque, segundo o deputado, repetiam conteúdo que já constava de outra emenda.

"Nosso país poderá participar cada vez mais ativamente do esforço internacional por uma transição energética que possa reduzir e, posteriormente, eliminar as emissões líquidas de carbono, o que nos trará relevantes benefícios ambientais, aliados a ganhos econômicos e sociais vinculados a toda uma nova e sustentável cadeia produtiva", escreveu Jardim, no relatório.

Os deputados mantiveram a decisão do Senado de aumentar de 4 kg para 7 kg de CO_2 o limite para a emissão ser considerada de baixo carbono. A redução gradativa desse teto a partir de 2030, que havia sido incluída pela Câmara na primeira votação, também ficou fora.

Juros altos afetam mais a indústria que os demais setores

As incertezas econômicas nos mercados externo e interno estão impactando vários indicadores, como câmbio, inflação e também a expectativas para as taxas de juros deste ano. Se no primeiro trimestre os agentes financeiros chegaram a prever que a Selic, a taxa básica da economia, terminaria 2024 próxima de 9%, agora as previsões começam em 10% .

Uma Selic elevada tem várias consequências. No mundo real, impacta diretamente o crédito, pois os empréstimos e financiamentos ficam mais caros. Com isso, inibe o consumo, uma vez que o custo dos produtos e serviços aumenta. Neste ciclo, a roda da economia vai girando cada vez mais devagar.

'Forma-se uma espiral negativa em que o setor produtivo é duramente atingido', diz José Maurício Caldeira, membro do Conselho Administrativo da Asperbras Brasil, que atua em diversos segmentos da indústria, do agronegócio e dos serviços.

Porém, nem todos os segmentos econômicos são afetados da mesma forma por uma taxa elevada. Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) concluiu que o impacto dos juros altos é 60% maior na indústria de transformação.

Isso ocorre, no entendimento da entidade, porque a indústria não tem mecanismos alternativos de financiamento, ao contrário de outros setores, cujas empresas captam recursos diretamente no mercado. A indústria não tem Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), debêntures incentivadas (destinadas ao setor de infraestrutura), nem um Plano Safra .

'O setor industrial sente na veia quando os juros estão altos', diz José Maurício Caldeira. 'E como é o setor que tem o maior multiplicador econômico, ou seja, o que mais irradia crescimento na economia, afeta bastante o desempenho do país como um todo'.

Se tudo correr como o governo planeja, em breve o setor industrial poderá acessar uma nova modalidade de financiamento.

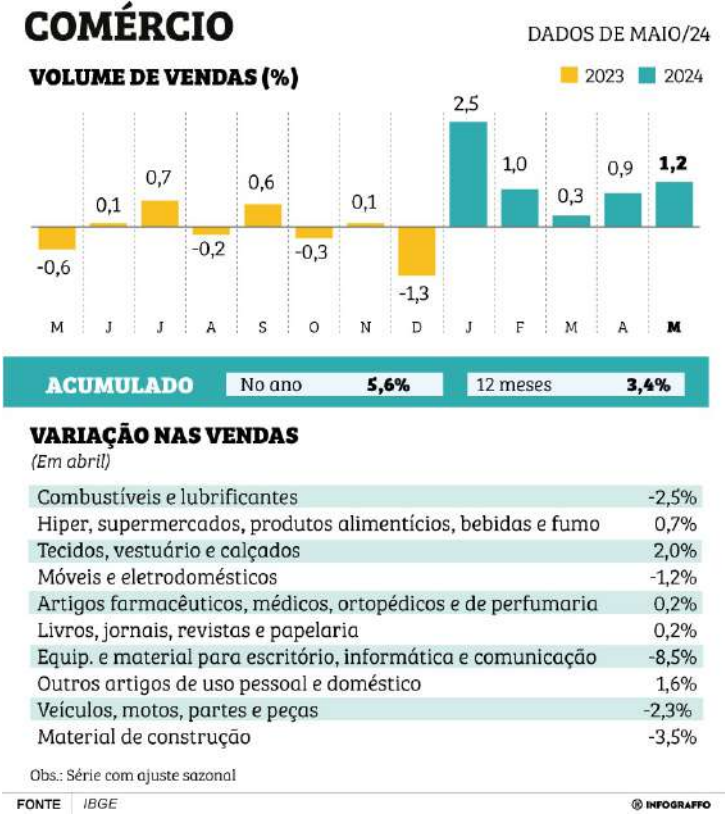
IA Generativa impulsiona a inovação empresarial

A Inteligência Artificial Generativa (IA Generativa) está se consolidando como um marco transformador para empresas em diversos setores, incluindo B2C e saúde. Uma pesquisa da Bain & Company revela que 85% das organizações, de diferentes áreas e países, consideram a adoção da IA uma das cinco maiores prioridades estratégicas. Esse cenário destaca a crescente importância da IA Generativa, evidenciando o compromisso empresarial com a inovação responsável e autônoma.

Um relatório recente da McKinsey & Company aponta que a implementação da inteligência artificial generativa em diversas indústrias pode movimentar entre US$ 2,6 trilhões e US$ 4,4 trilhões na economia global anualmente. Para se ter uma ideia da magnitude, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2022 foi de US$ 1,92 trilhões. Estima-se que cerca de 75% desse valor será gerado em quatro áreas principais: marketing e vendas, pesquisa e desenvolvimento (P&D), operações voltadas ao cliente e engenharia de software. Setores como bancário, bens de consumo e ciências biomédicas estão entre os mais significativamente impactados. No setor bancário, por exemplo, a geração de valor potencial anual varia de US$ 200 bilhões a US$ 340 bilhões, enquanto no varejo e bens de consumo, o impacto pode atingir de US$ 400 bilhões a US$ 660 bilhões por ano. No contexto brasileiro, a Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) do IBGE destaca um aumento constante nos investimentos em inovação, incluindo a inteligência artificial, refletindo a crescente adoção tecnológica pelas indústrias nacionais.

Além disso, a transformação na força de trabalho provocada pela IA Generativa pode afetar entre 60% e 70% do tempo dos profissionais, resultando em impactos diretos na produtividade e na operação das empresas.

De acordo com o Grand View Research, o mercado de inteligência artificial generativa está projetado para um crescimento exponencial nas próximas décadas.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Eleições EUA: cresce apelo de democratas para saída de Biden da disputa presidencial

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e sua equipe lutavam para impedir que uma série de deserções democratas se transformasse em um motim, quinta-feira, 11. O presidente planejava usar uma entrevista coletiva para provar que é capaz de vencer as eleições em novembro.

Mais democratas romperam com o mandatário de 81 anos, após um debate e aparições públicas que não tranquilizaram os eleitores e colegas preocupados sobre a sua aptidão para a campanha presidencial ou um segundo mandato.

A deputada Hillary Scholten, de Michigan, que tenta reeleição, tornou-se o décimo membro da Câmara a dizer que Biden deveria renunciar. "Pelo bem da nossa democracia, ele deve passar a tocha a um novo candidato para as eleições de 2024", disse.

(Foto: REUTERS/Jonathan Ernst)

A deputada Hillary Scholten, de Michigan, que tenta reeleição, tornou-se o décimo membro da Câmara a dizer que Biden deveria renunciar.

Outros democratas foram mais moderados. "Quero que ele faça o que acha que é melhor para ele e para o nosso país", disse a deputada Bonnie Watson Coleman, de Nova Jersey.

O deputado Colin Allred, candidato a uma vaga no Senado do Texas, disse que não daria uma entrevista sobre Biden.

"Estou com Biden, não importa qual seja sua decisão... estou com ele", disse o deputado Jim Clyburn, da Carolina do Sul, que ajudou a salvar a campanha de Biden em 2020.

Os principais assessores de campanha admitiram em um memorando de quinta-feira que o debate foi um "revés", mas disseram que as pesquisas internas e externas ainda mostram uma disputa acirrada nos principais estados-chave.

Na quarta-feira, 10, o senador Peter Welch, de Vermont, tornou-se o primeiro representante democrata no Senado a dizer publicamente que Biden deveria sair da disputa.

O ator George Clooney - que ajudou a organizar uma grande arrecadação de fundos para o presidente no mês passado - escreveu no New York Times que Biden deveria desistir da corrida para dar aos democratas uma chance de derrotar o republicano Donald Trump.

França: sindicato ameaça greve caso Macron ignore extrema-esquerda na formação de governo

(Foto: Reprodução)

A sessão inaugural da nova legislatura está marcada para 18 de julho.

Faltando apenas 15 dias para o início dos Jogos Olímpicos de Paris, um grande sindicato francês convocou, quinta-feira, 11, manifestações em massa e possíveis greves para pressionar o presidente Emmanuel Macron a "respeitar os resultados" das recentes eleições legislativas e permitir que uma coligação de esquerda forme o novo governo.

A França está à beira de uma paralisia governamental desde que a votação de domingo, 7, para a Assembleia Nacional resultou em uma divisão legislativa entre três grupos políticos: a coligação de esquerda Nova Frente Popular, os aliados centristas de Macron, e a extrema-direita da Reunião Nacional de Marine Le Pen

A esquerdista Nova Frente Popular conquistou o maior número de assentos, mas não conseguiu uma maioria absoluta para governar sozinha. Sophie Binet, secretária-geral do influente sindicato de extrema esquerda CGT, disse hoje que se Macron não respeitasse os resultados das eleições, "ele corre o risco de mergulhar mais uma vez o país no caos".

Binet disse que o presidente deveria permitir que a Nova Frente Popular formasse o governo, embora a aliança esquerdista ainda não tenha proposto um candidato a primeiro-ministro devido a divisões internas. Ela apelou aos sindicalistas para que saíssem às ruas e "participassem de manifestações para colocar a Assembleia Nacional sob vigilância".

No México, crocodilos invadem cidades após inundações causadas por fortes chuvas

Fortes chuvas associadas ao furacão Beryl e à tempestade tropical Alberto levaram aproximadamente 200 crocodilos a entrar em áreas urbanas no Estado mexicano de Tamaulipas, do outro lado da fronteira com o Texas (EUA), disseram autoridades estaduais e federais nesta semana. Até agora, as autoridades afirmam ter capturado e realocado 165 dos grandes répteis desde que Alberto atingiu a região com chuvas em junho.

Beryl passou pela mesma área antes de atingir o sul do Texas no início desta semana. As autoridades disseram que as fortes chuvas elevaram os níveis de água nas lagoas costeiras, fazendo com que os animais invadissem cidades como Tampico e as cidades vizinhas de Ciudad Madero e Altamira.

A chefe do departamento ambiental do Estado de Tamaulipas, Karina Lizeth Saldívar, disse em um comunicado que "as recentes chuvas aumentaram os níveis de água nos sistemas de lagoas, o que levou a um aumento nas aparições de crocodilos." A Procuradoria Federal de Proteção Ambiental disse que cerca de 40 crocodilos a mais foram capturados na área em junho e foram realocados para hábitats adequados fora de áreas povoadas.

(Foto: Reprodução)

Autoridades capturaram e realocaram 165 dos grandes répteis desde que a tempestade tropical Alberto chegou à região

O problema pode continuar, disse o escritório, observando que "à medida que os níveis de água diminuem em locais como ruas e canais de drenagem que foram inundados, os crocodilos aparecerão e os avistamentos certamente aumentarão".

O problema veio à tona nesta semana quando usuários de redes sociais postaram vídeos de vários crocodilos amarrados em áreas urbanas. Isso "causou um alvoroço nas redes sociais", disse o departamento. Crocodilos são uma espécie protegida no México. Ataques por eles no país são raros, mas ocorrem. Fonte: Associated Press.

COI apoia Agência Mundial de Antidoping após escândalo de nadadores chineses

O Comitê Olímpico Internacional (COI) divulgou nesta quinta-feira comunicado no qual expressa "total confiança" na Agência Mundial de Antidoping (AMA), envolvida em um escândalo no qual 23 nadadores chineses testaram positivo e foram liberados para competir nos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Um relatório independente, produzido pelo promotor suíço Eric Cottier, foi divulgado na terça-feira e afirmou que não há nada que demonstre que a AMA favoreceu de alguma forma os nadadores. De acordo com uma investigação chinesa, os atletas foram expostos inadvertidamente à trimetazidina por meio de contaminação. Eles testaram positivo para substância que provoca o aumento do fluxo sanguíneo.

"Com base neste relatório, o COI reafirma a sua total confiança na AMA e na sua liderança, que implementaram uma série de iniciativas que fortaleceram o sistema nos últimos anos", afirmou o comunicado do COI. "As únicas questões restantes são, portanto, as processuais. A AMA já se comprometeu a abordar quaisquer recomendações processuais que possam ser incluídas no relatório final."

Audiência na OEA ouve vítimas de grandes tragédias ocorridas no Brasil

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), ouviu ontem (12) vítimas de diversas tragédias que ocorreram nos últimas anos no Brasil e que não resultaram em nenhum responsabilização no âmbito criminal. Eles falaram em audiência que discutiu se o Estado brasileiro, considerando a falta de resposta judicial, tem envolvimento nas violações de direitos humanos causadas por atividades comerciais.

Os depoimentos foram transmitidos pelo canal da comissão na plataforma Youtube. A audiência teve, ao todo, uma hora e meia de duração, e representantes do Estado brasileiro também fizeram uso da palavra.

Entre os participantes, se pronunciaram vítimas das duas grandes tragédias da mineração que geraram comoção no país. Em 2015, uma barragem da mineradora Samarco, situada na zona rural de Mariana (MG), se rompeu, causando 19 mortes e gerando impactos socioambientais em dezenas de municípios mineiros e capixabas na Bacia do Rio Doce. A maioria dos denunciados obteve decisões favoráveis que lhe retiraram a condição de réu e os poucos que ainda figuram no processo criminal após oito anos não respondem mais por homicídio.

Eleições EUA: Trump ironiza gafe de Biden em coletiva; democrata replica

O ex-presidente e provável candidato Republicano à disputa pela Casa Branca, Donald Trump, ironizou a gafe do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em coletiva de imprensa na quinta-feira, 11.

"O não confiável Joe começou sua coletiva de imprensa 'Big Boy' com: 'Eu não teria escolhido o vice-presidente Trump para ser vice-presidente, embora eu ache que ela não era qualificada para ser presidente'", escreveu o ex-presidente em post na sua rede social "Muito bem, Joe", completou.

Ontem, Biden confundiu sua vice-presidente, Kamala Harris, com Trump. Mais cedo, antes da coletiva, ele já havia chamado o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, de Vladimir Putin. A declaração ocorreu em discurso ao final da cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em Washington, ontem.

Kamala é tida como candidata natural caso Biden abra mão da disputa. A pressão interna no Partido Democrata é crescente para que o presidente abandone sua candidatura após o desempenho desastroso no debate de 27 de junho.

O presidente dos EUA replicou o comentário de Trump. "A propósito: sim, eu sei a diferença. Um é promotor e o outro é criminoso", disse em post no X.

Reino Unido: Starmer diz que Biden demonstrou estar 'em boa forma' na cúpula da Otan

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, disse, em entrevista concedida à CNN, que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de 81 anos, estava "em boa forma" quando ambos se encontraram recentemente durante a cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Questionado pelo apresentador Jake Tapper se ele teria notado algum comportamento diferente do líder dos EUA, o primeiro-ministro disse que, sem dúvidas, diria se estivesse preocupado com a saúde de Biden.

Starmer disse que o encontro com Biden foi importante para ele "falar com o presidente sobre o relacionamento especial" entre os dois países. Na opinião do primeiro-ministro, o presidente dos EUA merece reconhecimento por liderar os esforços da Otan em apoio à Ucrânia. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, chegou a elogiar o trabalho de Biden no encontro, antes de ser chamado de Vladimir Putin por engano pelo líder norte-americano

O primeiro-ministro do Reino Unido não é o único que tenta minimizar as preocupações sobre a idade de Biden. O presidente francês, Emmanuel Macron, disse que Biden continua "no comando" e por dentro dos assuntos. "Conversei por um longo período com o Biden ontem durante o jantar", disse. "Notei, como sempre, um presidente que está no comando, claro sobre as questões que ele conhece bem."

Biden abre leve vantagem sobre Trump em pesquisa, apesar de repercussão do debate

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, lidera o ex-presidente e provável candidato republicano, Donald Trump, em pesquisa conduzida pela Universidade Marist para a NPR e a PBS News. O levantamento sugere que o apoio ao democrata permaneceu praticamente estável em relação ao mês passado, apesar da crescente pressão para a saída dele da disputa após o debate com Trump.

Entre os eleitores registrados, Biden reúne 50% das intenções de voto e Trump aparece com 48%, de acordo com a sondagem. Os outros 2% disseram estar indecisos. Há 1 mês, os dois rivais estavam empatados com 49% cada.

Quando outros candidatos são incluídos, Trump concentra 43% da preferência do eleitorado e Biden, 42%. Bem atrás, o postulante independente Robert F. Kennedy Jr. tem 8%, seguido de Cornel West (3%) e Jill Stein (2%).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Mudanças climáticas já interferem em secas e cheias na Amazônia

O desmatamento, as queimadas, aliados às mudanças climáticas, estão entre as causas da alteração do regime hidrológico dos rios da Amazônia, que tem se tornado mais intenso nos últimos anos, levando à ocorrência de cheias e secas mais severas com menor intervalo de tempo. Um exemplo foi a seca histórica de 2023, que causou a maior queda nos níveis dos rios já registrada na região. No Rio Negro, o nível da água no porto de Manaus chegou a 14,75m, o menor nível já registrado desde o começo da série histórica, em 1902.

De acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) Jochen Shöngart, somente nessas duas primeiras décadas do século 21 foram registrados nove eventos de cheias severas, o mesmo número registrado em todo o século passado.

Shöngart destacou ainda que o aumento da amplitude da cheia e da vazante na Amazônia apresentou uma variação de 1,6 metro. Isso faz com que os rios tanto sequem antes do esperado, quanto o contrário. Essa alteração traz impactos especialmente nas áreas de florestas alagadas, com grandes impactos para as atividades econômicas e também para as populações ribeirinhas da Amazônia, que dependem desses recursos para a sua sobrevivência.

"O curso de inundação, que tem a sua previsibilidade e regularidade, é o principal determinante de processos geomorfológicos, ciclos biogeoquímicos, de crescimento da biota que se adaptou a esse regime, mas também controla as interações biológicas nas áreas alagadas, e até atividades econômicas das populações ribeirinhas, como agricultura e pesca", explica o pesquisador durante debate sobre as secas e enchentes na Amazônia na 76ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belém.

O pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá Ayan Fleischmann destacou que esse aumento no regime de secas e cheias severas tem impactado as áreas de várzeas. Nos últimos anos, em 23% das áreas de várzeas no baixo Amazonas a duração do período de inundação aumentou mais de 50 dias por ano.

OABRJ levará absolvição dos policiais no caso João Pedro ao STF

A Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OABRJ) levará o caso da absolvição dos policiais na morte do jovem João Pedro Mattos Pinto ao Supremo Tribunal Federal. Em nota, a instituição repudiou a decisão que absolveu sumariamente os policiais.

João Pedro, que na época tinha 14 anos, levou um tiro nas costas dentro da casa de um tio, na tarde de 18 de maio de 2020, durante ação conjunta da Polícia Federal e da Polícia Civil fluminense na comunidade do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio.

A OABRJ, por meio da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ), criticou a decisão proferida pela 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, que absolveu sumariamente os três policiais acusados pela morte de João Pedro.

Em nota, a seccional afirmou que pedirá a reavaliação da sentença pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para que o caso, de extrema gravidade, não seja marcado pela impunidade de como a grande parte dos que envolvem letalidade policial no Brasil. Acrescentou que dará ciência da decisão ao ministro do Supremo Edson Fachin, responsável pela relatoria da ADPF 635 (ADPF das Favelas).

"O diálogo com o STF é fundamental, uma vez que a impunidade de agentes públicos é um dos principais fatores que contribuem com o negrocídio que atinge os pretos de pele, de chão e de bolso dentro das favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro", diz a nota.

"É fundamental cobrir de solidariedade a família de João Pedro, que tem lutado por Justiça e pela memória do menino, fazendo dessa luta uma trincheira coletiva de todos que se revoltam contra a violência policial e o cenário de absoluta desumanização perpetrado pelas forças policiais no estado do Rio de Janeiro", diz a OABRJ. "Vale lembrar, que no estado do Rio de Janeiro, mais de um terço das mortes violentas decorrem de intervenção policial e mais de 72% das mortes por armas de fogo são de pessoas negras".

Protestos

Os parentes do adolescente João Pedro protestaram nessa quinta-feira (11), em frente ao Tribunal de Justiça, contra a decisão judicial que absolveu os agentes envolvidos. A família esperava que o caso fosse levado a júri popular. "Essa é uma sentença sem responsabilidade nenhuma, com a família, com a sociedade. Esperamos mudança nessa situação [da absolvição]", disse o pai de João Pedro, Neilton da Costa Pinto.

"A verdade é que eles entraram em uma casa onde só tinha jovens adolescentes brincando e efetuaram vários disparos de arma de fogo. Não tem como um agente público entrar em uma casa onde só tem adolescente, efetuando mais de 70 disparos, sem ter intenção de matar", destacou.

Profissionais de Inteligência criticam o termo 'Abin paralela' por destruir a imagem do órgão

A União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis) publicou uma nota, quinta-feira, 11, criticando a nomenclatura "Abin paralela", utilizada para se referir a investigação da Polícia Federal (PF). De acordo com a associação, a vinculação do nome da entidade ao termo "paralelo" é algo errôneo, pois os fatos mostram que os responsáveis são "pessoas externas às carreiras de Inteligência".

A Intelis diz lamentar a reincidência cíclica de ocorrências que mancham a imagem da Inteligência Estatal a partir de ações de agentes de fora da corporação, os quais depois de sairem de seus cargos "deixam os ônus de suas ações para os servidores orgânicos". A corporação afirma esperar que os responsáveis paguem pelos desvios.

"As crises se sucederão e atores externos seguirão destruindo a imagem e as capacidades do imprescindível serviço de Inteligência republicano do Brasil", diz o texto.

A estrutura revelada pela Operação Última Milha ficou conhecida como "Abin paralela" por ser uma investigação sobre como parte da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi utilizada para monitorar ilegalmente autoridades públicas e produzir notícias falsas.

Em uma nova fase iniciada na nesta quinta-feira, 11, a PF cumpriu 5 mandatos de prisão preventiva. A ação tem como alvo o ex-chefe do órgão e atual deputado federal Alexandre Ramagem, além de influenciadores ligados ao gabinete do ódio.

Apex conclui que pai de Cid usou escritório em Miami para negociação de joias desviadas

Três meses após instaurar uma comissão de investigação interna e realizar 16 oitivas, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) concluiu que o general da reserva Mauro Lourena Cid, durante sua gestão à frente do escritório em Miami, cometeu uma série de "delitos e graves desvios de conduta", relacionados ao caso das joias sauditas revelado pelo Estadão.

O general, pai do ex-ajudante de ordens no governo de Jair Bolsonaro (PL) Mauro Cid, teria usado o escritório da Agência nos Estados Unidos para negociar joias e presentes desviados da União, atuando "como suporte do filho e do ex-presidente". A defesa do general foi procurada pelo Estadão, que aguarda retorno.

A investigação interna apurou que ele usou o celular corporativo para compartilhar fotos dos itens e estava nas dependências da Agência no momento das trocas de mensagens. Os dados foram obtidos nas capturas de tela que constam no inquérito da PF, tirado de sigilo na última segunda-feira, 8, pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, e cruzados com depoimentos de funcionários da Agência.

(Foto: Roberto Oliveira/Alesp)

Relatório também aponta que o general continuou usando as dependências do escritório, mesmo após exonerado, e "relutou" em devolver os aparelhos de trabalho

O general foi indiciado no caso no último dia 4, por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Segundo a delação do ex-ajudante de ordens, seu filho, o dinheiro da comercialização ilegal das joias no exterior foi depositado na conta do militar.

A polícia também considerou que o general auxiliou o grupo na negociação das peças da Presidência da República. Uma das provas contra o militar foi uma foto de uma escultura, que ia ser vendida ilegalmente, onde o reflexo dele aparece. Em nota enviada à imprensa nesta sexta-feira, 12, a Apex informou que as conclusões serão encaminhados à Polícia Federal (PF), ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O relatório também aponta que o general continuou usando as dependências do escritório, mesmo após exonerado, e "relutou" em devolver os aparelhos de trabalho, como o notebook funcional, e que jamais devolveu o passaporte oficial com visto de trabalho vinculado à ApexBrasil.

Além do caso das joias sauditas, a investigação interna também apurou que Lourena Cid apresentava "resistência explícita ao resultado eleitoral", repetindo diversas vezes, segundo depoimento de funcionários, que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não tomaria posse e que ele, Cid, continuaria à frente da Agência.

Pedro Lupion: Inclusão da carne na cesta básica isenta é vontade da maioria do Congresso

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), afirmou que a inclusão das proteínas animais na cesta básica isenta de impostos na regulamentação da reforma tributária refletiu a vontade da maioria do Congresso. "Esse era o ponto principal para a bancada Aplaudimos a decisão política do relator que evitou disputa ruim no plenário. A maioria dos líderes fez contas e viu que haveria maioria favorável à inclusão, muito superior aos 257 votos necessários", afirmou Lupion em coletiva de imprensa após aprovação da regulamentação da reforma.

Durante a tramitação dos destaques, o governo recuou e firmou acordo para inclusão das carnes na cesta básica zerada. O relator, deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), sinalizou que iria acrescentar no texto final, mas, em virtude do regimento da Casa, o destaque foi votado e aprovado.

A equipe econômica era contrária à medida, em virtude do potencial impacto da isenção na alíquota geral do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), apesar da sinalização positiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Já apresentamos dois estudos que contestam os números de impacto de 0,53 ponto porcentual a 0,57 ponto porcentual citado pelo governo. Existe muito discurso político, existe muita fala política, muita gente que disse que queria carne na cesta básica, mas não tomou atitude para isso", criticou Lupion, sem citar nomes. "Não sei qual conta o governo fez para mudar posição. Estava claro que havia bate cabeça dentro do próprio governo", observou.

O presidente da bancada lembrou que não houve entendimento sobre a inclusão das carnes na cesta básica isenta com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas que ele concordou com a inclusão na reta final no plenário em virtude da vontade da maioria favorável da Casa. "O presidente Lira assumiu papel de articulador neste tema e nunca deixou de nos ouvir, muitas vezes sem concordar com nossos pleitos. Nossa pauta foi plenamente atendida", afirmou Lupion.

Ele voltou a refutar os dados apresentados pela equipe econômica quanto ao impacto das proteínas na cesta básica isenta, o que motivou a negativa de Lira ao tema. "O impacto das carnes na alíquota não é o alertado por Lira.

Senadoras decidem lançar candidata mulher para disputar a presidência do Senado

As senadoras Eliziane Gama (PSD-MA) e Soraya Thronicke (Podemos-MS) procuraram a líder da bancada feminina no Senado Federal, Leila Barros (PDT-DF) nesta quarta-feira, 10, para discutir sobre a próxima eleição interna pra a presidência da Casa, que ocorrerão em 2025. Ao Estadão, uma fonte próxima as parlamentares confirmou que elas planejam lançar uma candidata mulher para correr ao pleito.

A reunião tinha como objetivo discutir o protagonismo feminino na mesa do Senado. Ao final do encontro, as três firmaram um acordo pessoal para quebrar o ciclo de mais de 200 anos sem uma mulher a frente do Parlamento.

Atualmente, Soraya Thronicke e Eliziane Gama são os nomes favoritos para a candidatura. A ideia ainda é embrionária e precisa passar por protocolos partidários e por grupos políticos a fim de eventualmente definir pela escolha de um dos dois nomes

Sem revelar informações detalhadas, Eliziane escreve em sua conta na rede social X (antigo Twitter) que "fechamos um acordo foi "fechado para um grande projeto que mudará para sempre a história das mulheres no Senado". A parlamentar anuncia que em breve haverá mais novidades.

Até o momento o ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), é o favorito para a disputa. Ele conta com o apoio do atual presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que assumiu o posto após ganhar nas eleições de 2021, no qual Simone Tebet (MDB) também concorria. Na época, o placar foi de 57 votos contra 21. No ano passado, Pacheco foi reeleito com 49 votos, contra 32 do senador Rogério Marinho (PL-RN).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Conmebol abre investigação para esclarecer briga após Uruguai x Colômbia: 'Inadmissível'

(Foto: Divulgação)

As cenas que correram o mundo de jogadores do Uruguai trocando socos com torcedores da Colômbia após a eliminação da seleção celeste nas semifinais da Copa América, quarta-feira (derrota por 1 a 0), foram totalmente reprovadas pela Conmebol. A entidade promete agir rápido para encontrar e punir os culpados pela barbárie e abriu uma investigação nesta quinta.

"Diante dos atos de violência ocorridos ao término da partida entre as seleções de Uruguai e Colômbia, a Unidade Disciplinar da Conmebol decidiu abrir um processo para esclarecer a sequência de fatos e as responsabilidades dos envolvidos", anunciou a entidade em nota oficial.

"É inadmissível que um fato como o ocorrido nesta ocasião transforme a paixão em violência. Portanto, não será tolerado nenhuma atitude que transgrida a competição esportiva e o espetáculo mais bonito do mundo que pertence a toda família", prosseguiu a entidade Sul-Americana.

Logo após a Colômbia se garantir na decisão de domingo diante da Argentina, o cenário no Bank of America Stadium, em Charlotte, se transformou em cenas de pancadaria e selvageria, com o atacante Darwin Núñez e o zagueiro Ronald Araújo aparecendo em destaque trocando socos nas arquibancadas.

Com mais de 70 mil pessoas no estádio, em sua maioria colombianos, o "problema" alegado pelos uruguaios é que seus familiares estavam sendo ameaçados de agressão no local e seus jogadores foram apenas defendê-los e também passaram a ser alvo de colombianos.

"Nossas famílias estavam em perigo por causa de alguns que não sabem beber e se comportam como pessoas sem cérebro", alegou o capitão Giménez. Logo após a paz ser restabelecida, Darwin Núñez aparece no gramado consolando o choroso filho pequeno, o que revela uma das preocupações do jogador do Liverpool na confusão

"Às vésperas da final da nossa Copa América, queremos ratificar e advertir que não será tolerada nenhuma ação que manche uma festa mundial do futebol, na qual estão envolvidos os protagonistas e a torcida que estará presente no est[adio em uma final vista por centenas de milhões de espectadores em todo o mundo", frisou a Conmebol.

Advogado dá voz de prisão a juíza do Trabalho de SP por 'abuso de autoridade' em audiência

(Foto: Divulgação)

Um advogado da Grande São Paulo deu voz de prisão a uma juíza durante audiência na 4ª Vara do Trabalho de Diadema, no ABC Paulista. O caso, que ocorreu no dia 2 de julho, será investigado a pedido do corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, que cobrou providências ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à seccional paulista da entidade.

Durante a audiência, a cliente do advogado Rafael Dellova, que é parte reclamante do processo, respondia às perguntas da defesa da parte reclamada. Dellova se dirigiu à juíza Alessandra de Cássia Fonseca Tourinho contestando um questionamento do outro defensor. A magistrada indeferiu o pedido, determinando que a audiência seguisse.

O advogado afirmou que continuaria a fazer interrupções até ser atendido, ao que a magistrada respondeu que, neste caso, suspenderia a reunião e solicitaria uma nova data para o encontro.

Nesse momento, Dellova, com o dedo em riste, deu "voz de prisão" à juíza, alegando o crime flagrante de "abuso de autoridade". "Doutor, me poupe", disse a magistrada ao ser confrontada com a ordem. A juíza pediu a intervenção de seguranças e se retirou da sala.

Em vídeo publicado em suas redes sociais no dia da audiência, Dellova afirmou que "a advocacia não é profissão para covardes". "Quando você for desrespeitado durante um ato judicial, por quaisquer pessoas, não permita, interrompa no mesmo instante, faça a pessoa entender que a advocacia deve ser respeitada", disse o advogado, que é pré-candidato a vereador em Diadema pelo PSB.

A conduta do advogado foi retaliada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Amatra-2). A AMB qualificou o episódio como "desrespeitoso". Segundo a Amatra-2, a "voz de prisão" foi dada em "completo arrepio da legislação, causando tumulto na unidade judiciária".

O caso chegou à cúpula do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que solicitou investigações à OAB e ao Ministério Público Federal (MPF). "É de rigor que os fatos aqui registrados sejam corretamente apurados para viabilizar a análise e, se for o caso, adoção das providências cabíveis pelos órgãos competentes", disse o corregedor Luis Felipe Salomão em ofício.

Operadoras de jogos online deverão prevenir lavagem de dinheiro

(Foto: Divulgação)

As empresas operadoras dos sites de apostas de quota fixa, popularmente chamadas bets, autorizadas a atuar no Brasil, deverão manter um mecanismo de checagem para prevenção de crimes como lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa e outros ilícitos relacionados. A determinação de Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda prevê sanções que podem chegar a multa de R$ 20 milhões e cassação da atividade para as empresas que não cumprirem as obrigações.

A portaria que reúne as políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro foi publicada nesta sexta-feira (12), no Diário Oficial da União. A medida é parte da regulamentação da lei de apostas de quota fixa, que existe desde 2018, mas só iniciou o detalhamento das regras em julho de 2023.

As políticas a serem desenvolvidas pelas empresas deverão contemplar a definição dos responsáveis pelo cumprimento das regras, um programa de conformidade com as leis brasileiras a respeito desses crimes, atividades de informação e capacitação de funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados, além dos mecanismos de identificação, avaliação, análise e mitigação dos riscos.

Com tudo isso, as empresas deverão ser capazes de identificar apostadores, usuários, funcionários e prestadores de serviço que representem risco, assim como as atividades e novos produtos que possam viabilizar os crimes, Os controles deverão ser feitos por meio de cadastros com monitoramento e avaliação periódica da efetividade da política adotada.

Projeto para renegociação de dívida dos Estados tem questões a serem revisadas, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o indexador da dívida dos Estados, de IPCA + 4%, é insustentável, mas que o projeto de lei apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), precisa ser revisado. Ele reiterou, no entanto, que é a favor da renegociação dos débitos, desde que não haja prejuízo para as contas nacionais. "Eu penso que 4% de juro real em cima do IPCA é realmente insustentável, porque a arrecadação não cresce 4% ao ano. Eu sou a favor, eu entendo o pleito dos governadores. Mas você não pode cobrir a cabeça e descobrir o pé, você tem que fazer um jogo que acomode as contas estaduais sem prejudicar as contas nacionais, esse é o meu ponto de vista. E no meu entendimento, o projeto apresentado precisa passar por uma revisão", afirmou Haddad nesta sexta-feira, 12, durante o 9º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, promovido pela Abraji.

O ministro ainda elogiou a relação com o Congresso em relação a projetos importantes, como a reforma tributária. Haddad disse ter certeza que a reforma será aprovada no Senado, ainda que a correlação de forças seja mais complexa. "Tirando essa oposição destrutiva que nós estamos enfrentando, nós tivemos um entendimento muito bom na Câmara e penso que vai ser a mesma coisa no Senado", disse.

Ministro da Fazenda não ganha nunca, diz Haddad sobre carne na cesta básica desonerada

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou em relação à inclusão da carne na cesta básica desonerada que, na sua posição, a tendência é ser derrotado em disputas políticas. Ele foi questionado sobre a "paternidade" da medida: se era do governo, da oposição ou dos parlamentares. Ele participou do 9º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, promovido pela Abraji, na manhã de ontem, 12.

"O ministro da Fazenda ou é derrotado ou é parcialmente derrotado, não existe alternativa para ele ganhar nunca", disse, acrescentando: "Fui parcialmente derrotado, mas fui o único que conseguiu cobrar alguma coisa". Ele ponderou que a União não cobra imposto sobre a carne, há incidência de tributos estaduais e reiterou que considerava o cashback uma opção melhor.

Ele pontuou que, no Brasil, são os mais ricos que se sentem mais injustiçados, citou como exemplo a cobrança de imposto de renda em fundos exclusivos e offshore e ainda disse que os ricos que têm filhos estudando em Princeton são os que mais se sentem prejudicados. "Deixa o pobre pagar imposto sobre a carne para financiar os ricos que estão fora do Brasil", criticou

"Quem está mal acostumado aqui infelizmente é a elite", disse. O ministro defendeu que é preciso enfrentar essas questões ou "vamos ver injustiça na rua o dia inteiro".

Ao comentar sobre a reforma tributária, Haddad reforçou que existem apenas três formas de se reduzir a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA): permitir o mínimo possível de exceções à alíquota-padrão, combater a sonegação, ou tributar a renda, como faz os países membros da OCDE.

Câmara aprova regime de urgência para várias propostas

A Câmara dos Deputados aprovou quinta-feira, 11, requerimento de urgência para 5 propostas:

Urgência para PL que inclui hospitais universitários no gasto mínimo em saúde

A Câmara aprovou um requerimento de urgência para acelerar a tramitação de um projeto que inclui no cálculo do gasto mínimo constitucional em Saúde as despesas de custeio e investimento em hospitais universitários federais.

Somente a bancada do PSOL foi contrária, sob o argumento de que o texto pode rebaixar investimentos na Saúde. A matéria já foi aprovada no Senado Federal.

Urgência para projeto que reduz alíquotas sobre setor de eventos no RS

Requerimento de urgência para um projeto que estabelece medidas emergenciais de suporte financeiro e fiscal para o Rio Grande do Sul. A urgência foi aprovada de maneira simbólica e unânime.

De autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), o texto envolve os setores de transporte, turismo, cultura, eventos, shopping centers, restaurantes e bares.

A matéria reduz a 0%, pelo prazo de 60 meses, alíquotas de tributos para pessoas jurídicas no Estado do Rio Grande do Sul, em uma série de atividades econômicas.

Urgência para projeto que institui o programa 'Retoma Rio Grande do Sul'

Requerimento de urgência para um projeto que institui um programa intitulado 'Retoma Rio Grande do Sul', voltado para empresas e pessoas físicas atingidas pelos recentes desastres climáticos.

O projeto reduz alíquotas de contribuição previdenciária a 0% por 60 meses e autoriza a adoção de medidas como teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas imediatas, o aproveitamento e a antecipação de feriados e a instituição de banco de horas.

O projeto é de autoria do deputado federal Pedro Westphalen (PP-RS). A urgência foi aprovada de forma simbólica.

Urgência para projeto que obriga União a compensar perdas de impostos ao RS

Requerimento de urgência para um projeto que estabelece o auxílio financeiro da União ao Estado do Rio Grande do Sul e aos seus municípios, para compensar a perda de arrecadação devido aos desastres climáticos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DO BRASIL

Os brasileiros consideram que economia, violência e questão sociais são os principais problemas do país

Problema	%
Economia	21%
Violência	19%
Questões sociais	18%
Saúde	15%
Corrupção	12%
Educação	8%

Foram entrevistadas 2 mil pessoas com 16 anos ou mais em 120 municípios entre os dias 5 e 8 de julho. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, e o intervalo de confiança é de 95%

FONTE Quaest INFOGRAFFO

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Abel Ferreira é acusado de xenofobia após vitória do Palmeiras no Brasileirão e se retrata

O técnico Abel Ferreira usou uma expressão xenofóbica ao analisar a atuação do Palmeiras na vitória por 3 a 1 sobre o Atlético-GO, na noite de quinta-feira, pelo Campeonato Brasileiro. A fala ocorreu durante a coletiva de imprensa no Allianz Parque, após a partida, quando o português comentou sobre o bom desempenho tático do time alviverde.

"Isso não é uma equipe de índios. Há uma organização e dentro dessa organização há liberdade para eles criarem, para se ligarem e há princípios de jogo que nós temos, um deles é o equilíbrio, e o Aníbal é um desses pêndulos, esse motorzinho, que não só tem como tarefa ser a primeira cobertura, como também ligar jogo e pôr a equipe a jogar", disse Abel.

Abel se manifestou após a repercussão negativa da fala. Por meio da assessoria de imprensa do Palmeiras, o treinador afirmou que não teve a intenção de ofender e apenas utilizou uma expressão comum no futebol. "Vivo e trabalho no Brasil desde 2020 e tenho profundo respeito por todos os brasileiros. As pessoas já conhecem o meu caráter, as minhas condutas e as minhas ações sociais. Sabem também que eu repudio por completo toda forma de preconceito", disse o treinador.

O crime de xenofobia está incluído na Lei Nº 9.459/97, mais conhecido como Lei do Racismo, que cita a "discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". Uma eventual punição vai desde multa e, em casos graves, reclusão de uma a três anos.

Abel Ferreira foi vítima de xenofobia em março deste ano, ao ser chamado de "português de m..." por Carlos Belmonte, diretor de futebol do São Paulo, após empate por 1 a 1 em clássico no MorumBIS, pelo Paulistão. O dirigente foi julgado pelo Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) e se desculpou com o treinador, além de pagar multa de R$ 50 mil e ser proibido de ir a jogos do time no torneio.

Em setembro do ano passado, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) classificou como xenofóbicas as insinuações e comparações feitas pelo português João Martins, auxiliar técnico do Palmeiras, após o empate com o Athletico-PR pelo Brasileirão. O profissional criticou o comportamento de jogadores brasileiros, afirmando que os atletas fazem o futebol nacional parecer um "teatro", com pouca credibilidade na Europa.

Na mesma entrevista, ele citou que o time alviverde era propositalmente prejudicado pela arbitragem, afirmando não ser bom para o "sistema" um mesmo time vencer o Campeonato Brasileiro por anos seguidos. À época, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) puniu o auxiliar com três jogos de suspensão.

O Palmeiras faz confronto direto pela liderança na próxima rodada, em visita ao Botafogo, no Engenhão. Como o Flamengo teve o jogo com o Internacional adiado, o duelo no Rio, quarta-feira, dia 17, definirá quem fechará a 17ª jornada no topo após a disputa na edição passada, na qual os paulistas viraram para 4 a 3 e arrancaram para o título.

Balotelli quer contrato de 2 anos com Corinthians, diz diretor; veja possível salário e luvas

(Foto: Divulgação)

Se o Corinthians quiser contar com o atacante italiano Mario Balotelli, terá de abrir os cofres. Ao menos, foi o que afirmou Claudinei Alves, diretor da base do clube. "Ele quer três milhões de euros por ano em um contrato de dois anos, e as luvas pagas em dois anos de dois milhões (de euros)", afirmou o dirigente ao site Goal.

Caso o pedido seja atendido pela equipe alvinegra, o atacante de 33 anos receberia R$ 8 milhões pela negociação, além das luvas. Mensalmente, esse valor seria de 333 mil euros, cerca de R$ 2 milhões de salários. A duração de contrato seria de dois anos. "A intenção do Balotelli é voltar à seleção italiana. Ele voltaria ao Brasil nessa expectativa", disse Alves.

O Estadão apurou que o nome tem aprovação do presidente Augusto Melo e vai passar pelo crivo da nova comissão técnica, encabeçada por Ramón Díaz, e outros departamentos do clube.

Balotelli está livre no mercado desde 24 de junho, quando encerrou o seu contrato com o Adana Demirspor, time da primeira divisão turca. O primeiro contato com o empresário do astro italiano aconteceu por meio de Claudinei Alves, diretor das categorias de base do clube, que fez a ponte com Augusto Melo.

A partir daí, o presidente corintiano negociou diretamente com o representante do atacante. As conversas aconteceram com a anuência de Fabinho de Jesus, executivo de futebol. O departamento financeiro avalia a possibilidade de oferecer um contrato ao atleta.

Balotelli fez sete gols e deu uma assistência nos 16 jogos que atuou pelo Adana Demirspor na temporada. Revelado pela Inter de Milão, ele fez parte do time multicampeão comandado por José Mourinho antes de se transferir ao Manchester City.

Na equipe inglesa, fez parte do time que ajudou a encerrar o longo jejum de títulos do clube antes da hegemonia atual. Passou também por Liverpool, Nice, Olympique de Marselha, além de times menores da Europa. Pela Itália, disputou a Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

COI faz acordo para realizar Olimpíada de e-Sports na Arábia Saudita

(Foto: Roslan RAHMAN/AFP)

O Comitê Olímpico Internacional (COI) fez um acordo com a Arábia Saudita para realizar as primeiras edições da Olimpíada de e-Sports no país árabe, que vem sediando alguns dos principais eventos esportivos do mundo, apesar das denúncias de desrespeito aos direitos humanos.

Em seu primeiro acordo com a Arábia Saudita, o COI iniciou parceria para iniciar a realização do seu novo evento já a partir do ano que vem. A parceria tem duração de 12 anos e deve render uma edição do evento de e-Sports por ano, segundo informou o COI nesta sexta-feira.

O acordo saudita deve ser assinado pelo Conselho do COI, que se reunirá entre os dias 22 e 24 de julho em Paris, às vésperas dos Jogos Olímpicos, cuja cerimônia de abertura está marcada para o dia 26. Essa aprovação é normalmente uma formalidade para projetos propostos pela liderança do órgão olímpico.

O primeiro acordo formal entre o COI e a Arábia Saudita é o mais recente acréscimo ao extenso portfólio de eventos esportivos do país, incluindo a Copa do Mundo de 2034 - a grande competição será oficializada pela Fifa em dezembro deste ano.

Os eventos esportivos e de entretenimento são uma parte fundamental do programa Visão 2030, liderado pelo príncipe Mohammed bin Salman, que visa afastar a economia saudita da dependência do petróleo e modernizar a sua sociedade.

O ministro dos Esportes do país, o príncipe Abdulaziz bin Turki Al Faisal, afirmou nesta sexta que o país "se tornou um centro global para esportes eletrônicos profissionais". "Este é o próximo passo natural para nossos jovens atletas, nosso país e a comunidade global de esportes eletrônicos", disse o príncipe, que também dirige o Comitê Olímpico da Arábia Saudita.

O COI disse no mês passado que planejava lançar a Olimpíada de esportes eletrônicos para tentar atrair e reter jovens fãs e público. "Temos muita sorte de poder trabalhar com o Comitê Olímpico saudita nos Jogos Olímpicos de e-Sports, porque ele tem grande - se não único - conhecimento no campo dos esportes eletrônicos com todas as suas partes interessadas", disse o presidente do COI, Thomas Bach.

Após deixar Liverpool, Klopp é especulado para comandar a seleção dos Estados Unidos

A campanha decepcionante na Copa América(eliminada na fase de grupos com uma vitória e duas derrotas)e a demissão de Gregg Berhalter colocaram Jürgen Klopp como principal nome para assumir o comando técnico dos Estados Unidos. Livre no mercado desde que deixou o Liverpool, o alemão já teria recebido um primeiro contato da Federação Americana de Futebol.

O histórico vencedor deixado na equipe inglesa e a personalidade forte do treinador são apontados pela imprensa local como características positivas para um novo profissional que venha a ocupar a função.

A oferta para seduzir Klopp teria como ato final a Copa do Mundo de 2026, que terá como sede o próprio Estados Unidos, o Canadá e o México. O treinador ficaria responsável por preparar o time nacional e liderar a seleção na disputa do Mundial.

Matt Crocker, diretor esportivo da Federação Americana de Futebol, está liderando a busca por um treinador. Os franceses Thierry Henry e Patrick Vieira, e o argentino Marcelo Bielsa também estão entre os candidatos citados para comandar a seleção americana.

EMBAIXADOR DO LIVERPOOL

O Liverpool anunciou, nesta sexta-feira, Jürgen Klopp como embaixador honorário da Fundação LFC, a instituição de caridade do clube. Assim, apesar de ter encerrado o seu vínculo com o time profissional, o treinador mantém uma conexão com a ex-equipe.

VAR de Atlético-MG x São Paulo aponta bola na barriga de Paulinho em lance polêmico

(Foto: Reprodução/Internet)

Um dos lances mais polêmicos da rodada da última quinta-feira, o gol de Paulinho na vitória do Atlético-MG sobre o São Paulo, por 2 a 1, foi alvo de reclamação e até irritação por parte do técnico Luis Zubeldía, que pediu um toque de mão. A análise do VAR, no entanto, assinalou apenas um toque na barriga do atacante atleticano, segundo vídeo e áudios disponibilizados pela CBF nesta sexta-feira.

A jogada do segundo gol do Atlético contou com finalização de Scarpa, pela direita, desvio de cabeça de Alan Franco e um outro desvio, de Paulinho, a parte polêmica do lance, antes de a bola ir para as redes. Os jogadores do São Paulo pediram toque de mão do atacante, o que anularia o gol.

O VAR, contudo, analisou o lance por diferentes ângulos, nenhum deles com imagem clara, e definiu que houve um toque na barriga do jogador, sem alcançar a mão. "A bola vai na barriga e ela desce. A (câmera) inglesa mostra que ela desce. A (câmera) 8A vai comprovar que não está tocando no braço dele. Ela passa e desce, e desce na direção do braço. Ela toca no corpo e desce", disse o árbitro de vídeo Rodrigo Nunes de Sá (Fifa/RJ).

Ele reforçou a avaliação quando o árbitro de campo, Marcelo de Lima Henrique (CE), entrou na conversa, via áudio. "Pela câmera invertida, a gente consegue ver que não tem contato com o braço. Não houve o toque com a mão. Tudo checado, (o gol) está confirmado", afirmou, confirmando a decisão inicial do juiz de campo.

A marcação do gol gerou irritação em Zubeldía, que deu dois socos no painel de patrocínio ainda no gramado após o fim do jogo. Na sequência, o treinador do São Paulo demonstrou toda sua irritação com a atuação de Marcelo de Lima Henrique na entrevista coletiva.

O técnico chegou a levantar da cadeira para discutir com um repórter que havia perguntado o motivo de sua irritação. "Explica vocês. Onde você trabalha? Explica vocês, vocês viram a mão. Te escuto, vamos... Você viu a mão do segundo gol?", questionou.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REMOÇÃO/INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS EM LED, VISANDO A MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, COM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.
Considerando a interposição de impugnações ao edital e pedidos de esclarecimentos, cujas respostas dependem de análise técnica mais aprofundada, incompatível com o exíguo prazo legal para tal;
Considerando que tais providências são necessárias e poderão importar na revisão do objeto, o que torna impossível a continuidade do presente nos termos ora lançados, será o presente revogado.
Em atendimento ao disposto no §3º, do art. 71 da Lei 14.133/21, concedo o prazo de 02 (dois) dias úteis para manifestação de eventuais interessados.
Decorrido in albis referido prazo, fica REVOGADO o certame.
Leme, 12 de Julho de 2024

Elisa Leme de Arruda
Secretária de Obras e Planejamento Urbano
PREFEITO MUNICIPAL

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
WILLIAM DE OLIVEIRA E SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 151/2024 - PROCESSO n° 17039/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 901512024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA E PÓ DE PEDRA. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 30 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 11 de Julho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCELLO LANEZA FELICIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 177/2024 - PROCESSO n° 17.786/2024 - Nº COMPRA 901772024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - INTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

Botucatu, 12 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCELLO LANEZA FELÍCIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 038/2024 PROCESSO n° 7.915/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90038/2024

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS DE USO PERMANENTE. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 30 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Julho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi SUSPENSA a abertura da sessão do PREGÃO ELETRÔNICO 75/2024, cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E DE ENFERMAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), CAPS, CENTRO ODONTOLÓGICO, SAMU, ENTRE OUTRAS**, que ocorreria em 15/07/2024 às 08:30 horas. Motivo: retificação do edital. Ato seguinte: será designada nova data de abertura para o certame e dada devida publicidade. Orlândia, 12 de Julho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Concorrência Pública n°006/2024 -** Tipo de Licitação "Maior Desconto - Empreitada pelo Preço Global" – Processo Administrativo nº 2702/2023 - **Edital de Licitação n° 46/2024**
***OBJETO**: contratação de empresa especializada para a execução de obras referente à 3ª etapa da pavimentação com blocos intertravado na Vila Fepasa, município de Itirapina-SP, de acordo com as especificações técnicas anotadas em memorial descritivo, quantitativos definidos em planilha orçamentária e projetos anexos a este edital.*
Local: https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta*: **15 de julho de 2024.**
- *Recebimento de Propostas até*: **20 de agosto de 2024** – Horas: **08h 30min.**
- *Início dos lances*: **20 de agosto de 2024** – Horas: **09h 00min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 12 de julho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/24 – Contratação de empresa especializada em implantação de Plataforma de Gestão Educacional, envolvendo a Secretaria de Educação, fornecendo serviços de instalação, configuração, migração/importação de dados, treinamento, licença de uso do(s) software(s), suporte e manutenção, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo MENOR VALOR GLOBAL. Despacho da Secretaria de Esportes reabrindo os prazos de CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS: das 09h00 do dia 18/04/2024 até às 09h00 do dia 02/05/2024. Abertura de Propostas Iniciais: 02/05/2024, tendo em vista readequação no edital e seus anexos. O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

SARA MARIA LOPES SALGADO
Diretora do departamento de Esportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
MARIA CRISTINA CURY RAMOS - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 206/2024 - PROCESSO N° 20.388/2024
UASG 986249 - Nº COMPRA 902062024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, ACESSÓRIOS E INSTALAÇÃO. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 31 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
WILLIAM DE OLIVEIRA E SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 218/2024 - PROCESSO n° 20.654/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 902182024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, COM OPERADOR: PÁ CARREGADEIRA, MOTNIVELADORA, CAMINHÃO EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 31 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

Botucatu, 12 de Julho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JOSÉ GUSTAVO CELESTINO DE CAMPOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 110/2024 PROCESSO n° 12.554/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90110/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MIXER INDUSTRIAL. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 30 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Julho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 91/2024 cujo objeto é a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT DE SINALIZAÇÃO LUMINOSO E SONORO PARA A VIATURA VO-09209**. O período de envio das propostas será a partir de 15/07/2024 até 30/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 30/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 15/07/2024. Orlândia, SP, 12 de Julho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n°35/2024 -** Tipo de Licitação "Menor Valor Por Lote"
Processo Administrativo nº 418/2024 - **Edital de Licitação n° 41/2024**
***OBJETO**:* **registro de preços de refeições prontas para consumo tipo marmitex e lanche, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**
A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:
- *Local*: https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta*: **15 de julho de 2024.**
- *Recebimento de Propostas até*: **30 de julho de 2024** – Horas: **08h 30min.**
- *Início dos lances*: **30 de julho de 2024** – Horas: **09h 00min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 12 de julho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível o processo abaixo:
CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA": Nº 005/2024; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXTENSÃO DE REDE COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA; Edital Na Íntegra: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Concorrência Eletrônica - Lei 14.133/21 - 2024); www.novobbmnet.com.br; PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br : RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 08:00 HORAS DO DIA 15 DE JULHO DE 2024; ABERTURA DAS PROPOSTAS: AS 08:01 DO DIA 30 DE JULHO DE 2024; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: AS 09:00 HORAS DO DIA 30 DE JULHO DE 2024; REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura
Publique-se

Leme, 12 de Julho de 2024
CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
MÁRCIO ROBERTO DOS SANTOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 178/2024 PROCESSO nº 17.950/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90178/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PINTURA. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01 DE AGOSTO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
WILLIAM DE OLIVEIRA E SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 054/2024 PROCESSO nº 9.210/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90054/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVERS) EM LOCAIS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 31 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

Botucatu, 12 de Julho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCELLO LANEZA FELÍCIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 078/2024 PROCESSO nº 11.262/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90078/2024

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER MANDADOS JUDICIAIS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15 DE JULHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 12 de Julho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2024 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 352/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.868/2024

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO SINE DIE da realização da sessão pública e a recepção das propostas da licitação supra, que tem por objeto o "REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS", que ocorreria no dia 15 de julho de 2024 às 08h31min, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL), tendo em vista pedido de esclarecimento e impugnação.

Araçatuba, 12 de julho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

ABERTURA DE LICITAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertas as licitações abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3625.5010, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs. Os editais também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº 225/24**, que cuida da aquisição de gêneros alimentícios - queijo tipo meia cura, com encerramento dia **29.07.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 228/24**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de obras literárias para atender aos estudantes regularmente matriculados no Sistema Municipal de Educação de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia **29.07.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 202/24**, que cuida da aquisição de uniformes para a modalidade Hockey, com encerramento dia **29.07.24 às 13h30. Pregão eletrônico Nº 195/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na locação de Tendas, para atender aos eventos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **30.07.24 às 08h30**. PMT, aos 12.07.2024. JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA
Estado de São Paulo

TERMO DE CONTRATO 086/2024 – Data da assinatura: 01 de julho de 2024 – Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA – Contratada: TUDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO SS N° 90 DE 25/04/2024 – EMENDA LOA N° 2024.093.56464, DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO E EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL. Valor: R$ 135.750,00. Vigência: 01/07/2024 a 31/12/2024. Pregão Eletrônico n. 025/2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 18/2024 – Objeto: Aquisição, por fornecimento parcelado de materiais de limpeza, higiene e utensílios para todas as secretarias e departamentos Prefeitura Municipal de Ipeúna, através do Sistema de Registro de Preços durante o período de 12 meses. Recebimento das Propostas por meio eletrônico: a partir do dia 16/07/2024 às 08h00; Abertura das propostas por meio eletrônico: às 09h10 do dia 26/07/2024; Início da sessão de disputa de preços: às 09h30 do dia 26/07/2024. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, na página http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação) e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone (19) 3576-9007 ou e-mail licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 12/07/2024. Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Aviso de Suspensão de Licitação
Pregão Eletrônico Nº 023/2024
Processo Administrativo Nº 056/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico. Tipo: menor preço unitário. Objeto: Aquisição de veículo adaptado, ambulância tipo A, simples remoção, tipo furgão. Em virtude da necessidade de correções ao Edital e Termo de Referência, após análise de questionamentos e impugnação apresentados, fica SUSPENSA a sessão do pregão eletrônico supra, que seria realizada na data de 15 de julho de 2024, às 09:00h. Após as adequações será designada nova data da sessão a ser divulgada nos mesmos moldes e veículos de publicação fixados anteriormente. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 12/07/2024. Vinícius Cruz de Castro, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 58/2024 - Processo Administrativo nº 5754/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 15 de julho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 29 de julho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 59/2024 - Processo Administrativo nº 4673/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA COMPOR O PROJETO MARIA DA PENHA, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 15 de julho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 29 de julho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE AGORA: WWW.MESQUITALEILOES.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS 17/07/2024 E 18/07/2024 ÀS 13h30
60 VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECEITA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

KATIA ALVES SOARES - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1093

NÚMEROS DOS CHASSIS
BU262107; LR889817; U651034; DL1153058; 9B135568; AR155391; CJ858460; P032364; BG264122; BE7484180; CT198721; B016249; K9122604; R874123; Z909316; KM65195; KH45985; B367904; KE60723; A542062; J288441; T206793; H561785; Y500251; J8470035REM; L121971; P038270; W528324; G272813; W552820; G0697834; B124446; B402651; 4216930; P078335; L889537; E8066142; B128461; J552622; B129344; S601985; C144251; CC23113; J746621; B107084; 91061934; P016574; 5878058; J449355; C475018; EA273340; A008561; 26611589; P067100; R0843335; P071150; 5004569; B372759; 2018693; DC112700.

CONDIÇÕES
OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRANSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP - TEL.: (11) 5990-3165. (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).

COOPERCOB COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CENTRO OESTE BRASILEIRO

CNPJ em constituição

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Em 01 de julho de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Roberto Koch nº 304, Ipiranga, CEP: 04221-060, reuniram-se, voluntariamente e em atenção com o convite-edital, subscrito pelo Sr. Sylla Burani Junior e demais integrantes da comissão de fundadores e subscritores desta ata, a fim de constituírem, como constituída fica, **a COOPERCOB COPPERATIVA AGRICOLA DO CENTRO OESTE BRASILEIRO,** os quais são candidatos a sócio, conforme constam do livro próprio, ocasião em que o primeiro subscritor e coordenador da mesma comissão, **SYLLA BURANI JUNIOR**, foi eleito presidente da Assembleia-Geral e designou, como secretária desta, **EDNA OLIVEIRA REIS**, que procedeu à leitura do edital convocatório distribuído aos cidadãos interessados e afins da área de atuação da futura sociedade, no mesmo dia, e transcrito "ab-integro" : **COOPERCOB COOPERATIVA AGRICOLA DO CENTRO OESTE BRASILEIRO.** Edital Convocatório. Assembleia-Geral: Convocam-se os candidatos a sócio, para reunirem-se na provável futura sede da cooperativa, sita na na Rua Roberto Koch nº 304, Ipiranga, CEP: 04221-060, São Paulo/SP, no dia 01/07/2024, ás 10:00 hs, na primeira convocação, com dois terços dos sócios; ás 10 hs:30ms, na segunda convocação, com a metade mais um dos sócios; em última convocação, as 11hs:00ms, com o mínimo de dez inscrevendo. ORDEM DO DIA: a) constituir a sede da cooperativa na Rua Roberto Koch nº 304, Ipiranga, CEP: 04221-060, São Paulo/SP, aprovando-se o Estatuto Social; b) eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; c) votar atos administrativo-financeiros e propostas decorrentes da instituição e funcionamento da sociedade; d) assuntos gerais; e) aquisição de empresas de beneficiamento e afins para o fortalecimento patrimonial da cooperativa; f) aprovação de normas eleitorais. São Paulo, 01/07/2024. "Após a leitura. O presidente da Assembleia -Geral sugeriu que todos assinassem a proposta de sócio constante da parte impressa e figurante a posterior, na qual estão subscritos os futuros vinte primeiros sócios fundadores. As 10hs:30ms, verificou-se a presença de vinte associados, sendo quórum mínimo de dez. A seguir, a Assembleia-Geral aprovou a relação dos presentes como sócios fundadores cujos endereços e cujas demais exigências são transcritas no final desta ata. Prosseguindo, foi lido e discutido, capitulo por capitulo, o anteprojeto do Estatuto Social elaborado pelos. Sr. **SYLLA BURANI JUNIOR**, para estudo, discussão e apresentação de emendas, se houver. Após os estudos e amplas discussões a respeito, não houve apresentação de emendas ao anteprojeto estatuário. Em sequência, o presidente começou o procedimento de votação das matérias em pauta. Por unanimidade votiva, aprovaram-se estas resoluções: Ref.: alínea "a"; Resolução AGC nº 1, de 01/07/2024. A Assembleia-Geral, por unanimidade votiva, resolveu aprovar o Estatuto Social inscrito na minuta do citado anteprojeto, capitulo por capitulo, até o final, ratificando-se, em sequência, sendo promulgado pela mesa diretora dos trabalhos as 10hs:30ms, passando a viger a partir dessa hora e fundando-se a **COOPERCOB COPPERATIVA AGRICOLA DO CENTRO OESTE BRASILEIRO,** cujo endereço de sua sede social é na Rua Roberto Koch nº 304, Ipiranga, CEP: 04221-060, São Paulo/SP, tendo ***Como objetivos principais**:* Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos, CNAE 46.11-7-00 e como ***objetivos complementares:*** Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto; CNAE 01.41-5-01 ; Atividades de pós- Instalação e manutenção elétrica, CNAE 01.63-6-00 ; Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente, CNAE 46.18-4-99 ; Comércio atacadista de soja CNAE 46.22-2-00; Comércio atacadista de algodão CNAE 46.23-1-03; Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas CNAE 46.23-1-99; Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças, CNAE 46.69-9-99 ; Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, CNAE 46.83-4-00; Comércio varejista de hortifrutigranjeiros, CNAE 47.24-5-00 ; Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, CNAE 47.81-4-00.Foram eleitos pela Assembleia-Geral e empossados os seguintes diretores e conselheiros fiscais: aqueles, com mandato de quatro anos compreendido entre 01.07.2024 e 30.06.2028; estes com mandato de um ano compreendido entre 01.07.2024 a 30.06.2025. **DIRETORIA EXECUTIVA**. Presidente **SYLLA BURANI JUNIOR**; Diretor Financeiro: **GUSTAVO RODRIGUES FERNANDES** e Diretor Administrativo: **MASAYUQUI YOKOYAMA**, com Mandato compreendido entre 01.07.2024 a 30.06.2028. Assembleia Geral e empossados os seguintes conselheiros com mandato anual compreendido entre 01.07.2024 a 30.06.2025, Conselho Fiscal**. MEMBROS**: **ROGERIO AKASHI**, **MARCOS BENITE DUARTE**; **EDNA OLIVEIRA REIS** e para **SUPLENTES**: **EDEVAN GOMES DE LIMA**; **ROBSON JOSE DE OLIVEIRA** e **CARLOS ROBERTO ALVES**. Ref.: Alínea "c" resolução AGC Nº 3, de 01.07.2024. A Assembleia-Geral resolveu por unanimidade de votos dos sócios presentes, delegar competência à Diretoria, para fixar o piso e o teto da verba que será paga a cada diretor, e acordo com as disponibilidades financeiras da cooperativa. Ref.: "d": resolução AGC nº 4, de 01.07.2024. A Assembleia-Geral, por unanimidade de votos, deliberou fixar a remuneração que será paga a cada Conselheiro Fiscal pelo exercício do mandato com o piso de R$ 20,00 (vinte reais) e com o teto de 60% (sessenta por cento) do quantitativo atribuído ao Presidente. Ref.: Alínea AGC nº 5, de 01.07.2024. Por unanimidade votiva, delegaram-se à Diretoria os poderes não só de aprovar o orçamento geral da sociedade, bem como os das seccionais, mas também de modifica-los, se e quando necessário. Ref.: Alínea "e" aquisição de empresas de beneficiamento e afins para o fortalecimento patrimonial da cooperativa. Resolução AGC nº 6, de 01.07.2024. Ref.: Aprovação de normas eleitorais. Art. 1º - As deliberações das Assembleias-gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do Edital de Convocação. Parágrafo Único – A votação será aclamada, mas a Assembleia-Geral poderá optar pelo voto secreto. Art. 2ª – A prescrição da ação para a anulação das deliberações assembleares viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação dar-se-á de acordo com a legislação especifica e vigente, cujo prazo será contato a partir da data em que se realizou a Assembleia. Parágrafo Único- No caso de a convocação ser feita por cooperados, o Edital será assinado por no mínimo 4 (quatro) primeiros signatários do documento que a solicitou. Art. 3º - As inscrições das chapas concorrentes a Diretoria far-se-ão no período compreendido entre a data da publicação do edital de convocação para a respectiva Assembleia-Geral, até vinte dias antes da sua realização. § 1º - A inscrição dos candidatos concorrentes ao Conselho Fiscal será feita até 10 (dez) dias antes da realização da respectiva Assembleia-Geral. § 2º - Formalizado o registro, não será admitido substituição do candidato, salvo em caso de morte ou invalidez comprovadas até o momento da instalação da Assembleia-Geral, devendo o substituto, apresentar a documentação pessoal necessária dentro de 5 (cinco) dias, a contar da data da realização da Assembleia, sob pena de cancelamento do registro. §3º - As inscrições das chapas para Diretoria e dos candidatos concorrentes ao Conselho Fiscal realizar-se-ão na sede da Cooperativa, nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado para tal fim o Livro de Registro de Inscrição de Chapas e Candidatos. § 4º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da cooperativa. Art.º 4º - No ato de registro das inscrições das chapas concorrentes aos cargos da Diretoria e dos candidatos ao Conselho Fiscal, deverão ser apresentados : I) pedido de registro das chapas da Diretoria assinado, no mínimo, por 8 (oito) associados candidatos ou pelo candidato a presidente da chapa; II) no caso da chapa concorrente, deverá ser feito relação dos candidatos, com o respectivo número de inscrição constante no Livro de Matricula e designado os respectivos cargos postulados; III) declaração dos candidatos de que não são pessoas impedidas por Lei ou que estejam condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, seu acesso aos cargos públicos ou pro crime falimentar, de prevaricação, corrupção, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, fé pública ou da propriedade, nos termos da Lei Federal nº 5764/71; IV) certidões negativas de protestos e distribuições de ações cíveis e criminais dos candidatos; V) declaração de que não são parentes, até o segundo grau, em linha reta ou colateral, conjugue, de qualquer outros componentes dos órgãos sociais da **COOPERCOB – COOPERATIVA AGRICOLA DO CENTRO OESTE BRASILEIRO** ; VI) indicação de 1 (um) associado que fiscalizará e acompanhará a votação e apuração, o qual estará impedido de concorrer a cargos eletivos. Parágrafo Único – Não serão aceitos os registros das candidaturas que não apresentem os documentos retro mencionados no prazo estabelecido, exceto em casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados. Art. 5º - Não poderão fazer parte da Mesa da Diretoria dos trabalhos de eleição quaisquer candidatos inscritos ou seus parentes, até o segundo grau em linha reta ou colateral e conjugue. § 1º - Ao entregar a cédula de votação do associado, o Presidente colocará sua rubrica. § 2º - A apuração dos votos será feita por uma comissão de 3 (três) associados, escolhidos pela Assembleia, que poderão ser os mesmos indicados para coordenar os trabalhos, observados os impedimentos estabelecidos no "caput" deste artigo. Art. 6º - Serão proclamados eleitos os componentes da chapa dos candidatos à Diretoria e ao Conselho Fiscal, os quais alcançarem a maioria simples dos votos dos associados presentes à Assembleia. § 1º - Em caso de empate no primeiro escrutínio para a eleição da Diretoria, será realizado, imediatamente um segundo, ao qual concorrerão as chapas e candidatos empatados e somente poderão votar os associados que tiverem participação do primeiro. § 2º - Se persistir o empate das chapas, será proclamada eleita a chapa que tiver o candidato à Presidência com o número de inscrição mais antigo na cooperativa, registrando no Livro de Matricula. § 3º - em caso de empate para os cargos de Conselheiros Fiscais, será eleita a chapa que possuir candidatos com número de inscrição mais antigo na cooperativa, inserto no Livro de Matricula. § 4º Em caso de terem sido eleitos para os cargos de Conselheiros Fiscais parentes até o segundo grau, em linha reta ou colateral, e ainda nos demais impedimentos previstos neste Estatuto, permanecerá somente o que tiver o número e inscrição mais antigo no Livro de Matrícula da cooperativa, sendo proclamados eleitos o candidato imediatamente subsequente e remanescente que tiver sido votado. **Relação dos sócios fundadores e respectiva subscrição de quotas- partes.** **Masayuqui Yokoyama**, brasileiro, maior, nascido em 27/07/1951, casado, do comércio, portador do RG nº 5.273.239-3 SSP/SP e do CPF nº 531.982.558-72, residente e domiciliado na Rua Nanuque nº 432 – Bloco 1 – Apto 24 – Vila Leopoldina – São Paulo- SP – CEP 05302-031; **Dorival Purcinelli**, brasileiro, maior, nascido em 08/10/1967, casado, do comércio, portador do RG nº 17.864.915-6 SSP/SP e do CPF nº 088.815.728-26, residente e domiciliado a Rua Nilo Peçanha nº 45 – Apto. 81 – Santa Paula – São Caetano do Sul – SP – CEP- 09540-830; **Carlos Roberto Alves**, brasileiro, maior, nascido em 15/12/1976, concubinado, maior, do comércio, portador do RG nº 27.702.389-0 SSP/SP e do CPF nº 153.525.358-43, residente e domiciliado a Rua Costa Barros nº 1976, Bloco 01 – Apto 41 – Sitio Pinheirinho – São Paulo – SP – CEP 03210-001**; Edevan Gomes de Lima**, brasileiro, maior, concubinado, nascido em 21/09/1972, do comercio, portador do RG nº 2.549.310-9 SSP/SP e do CPF nº 166.445.418-79, residente e domiciliado a Rua Professor Franscisco Pinheiros nº 970, Guaianazes – Vila Princesa Isabel – São Paulo – SP – CEP 08410-020; **Marcos Benite Duarte**, brasileiro, maior, nascido em 18/07/1984, maior, casado, do comercio, portador do RG nº 42.477.221-8 SSP/SP e do CPF nº 309.169.838-62, residente e domiciliado na Rua Boa Vista nº 353 – Vila Camilopolis – Santo André – SP – CEP 09240-110; **Rogério Akashi**, brasileiro, maior, nascido em 06/10/1973, casado, do comercio, portador do RG nº 17.746.379-X SSP/SP e do CPF nº 116.265.398-12, residente e domiciliado a Rua Domingos Afonso nº 147 – Santa Clara – São Paulo- SP – CEP 03161-090; **José Rodrigues de Souza Filho**, brasileiro, maior, nascido em 17/05/1969, casado, do comercio, portador do RG nº 21.850.479 SSP/SP e do CPF nº 115.457.388-58, residente e domiciliado na Av. dos Ourives 560, Bloco 6 – Apto. 34, São Paulo – SP – CEP 04194-260; **Edna Oliveira Reis**, brasileira, maior, solteira, nascida em 27/03/1977, do comercio, portadora do RG nº 52.812.733-0 SSP/SP e do CPF nº 260.574.348-97, residente e domiciliada na Estrada das Lagrimas nº 3539 – Apto 124 – Bloco C – Jardim Patente – São Paulo – SP – CEP 04244-000; **Gustavo Rodrigues Fernandes**, brasileiro, maior, casado, nascido em 09/03/1987, do comercio, portador do RG nº 45.289.645-9 SSP/SP e do CPF nº 340.813.588-69, residente e domiciliado a Rua Santa Isabel nº 540 – Vila Camilopolis – Santo André – SP – CEP 09230-580 **; Simone da Silva Oliveira**, brasileira, maior, casada, nascida em 17/07/1978, do comercio, portadora do RG nº 26.744.369-9 SSP/SP e do CPF nº 264.239.848-08, residente e domiciliada a Rua Nilo Peçanha nº 45 – Apto. 81 – Santa Paula – São Caetano do Sul – CEP 09540-830; **Raimundo Geraldo Saldanha Leite**, brasileiro, maior, casado, nascido em 10/09/1981, do comercio, portador do RG nº 42.938.571-7 SSP/SP e do CPF nº 304.611.538-58, residente e domiciliado a Rua Candido Santos nº 143 – Jardim Indaiá – Araraquara – São Paulo- SP – CEP 14806-455; **Daniel Alves Borba Ramos**, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 16/03/1991, do comercio, portador do RG nº 49.495.815-7 SSP/SP e do CPF nº 418.076.198-00, residente e domiciliado a Rua Esquivel Navarro Ramos nº 121 – Apto. 14B – Conjunto Habitacional Teotônio – Sapopemba – São Paulo – SP – CEP 03928-130**; Edval Fernando Schulz**, brasileiro, maior, casado, nascido em 17/04/1963, do comercio, portador do RG nº 15.837.213- SSP/SP e do CPF nº 021.819.098-06, residente e domiciliado a Av. Francelino Mendes nº 593 – Jardim Nova Época – Araraquara – São Paulo – SP – CEP 14807-206; **Marcelo Leocadio dos Santos**, brasileiro, maior, casado, nascido em 16/11/1970, do comercio, portador do RG nº 18.303.746 SSP/SP e do CPF nº 148.737.468-25, residente e domiciliado a Avenida José Velho Barreto nº 695 – Parque Colonial – São Paulo – SP – CEP 03968-080; **Marcelo Garcia Alves**, brasileiro, maior, casado, nascido em 17/04/1974, portador do RG nº 56.984.355-8 – SSP/SP e do CPF nº 884.402.906-59, residente e domiciliado a Rua Xavier da Rocha nº 145 – Parque Vila Prudente - São Paulo – SP – CEP 03139-070 ; **Sebastiana Santiago de Mesquita**,, brasileira, maior, divorciada, nascido em 20/01/1968, do comercio, portador do RG nº 19.513.693-7 SSP/SP e do CPF nº 126.138.888-73 residente e domiciliado a Rua Tocuchika Miki, 465 – Sitio da Figueira – São Paulo – SP – CEP03211-010; **Robson Jose de Oliveira**, brasileiro, maior, casado, nascido em 24/03/1984, do comercio, portador do RG nº 42.597.906-4 SSP/SP e do CPF nº 314.608.858-48, residente e domiciliado a Rua Daniel Mongolo nº 254 – Apto 23 – Bloco B – São Paulo – SP – CEP 08250-58; **Roberta Aparecida de Souza Araujo,** brasileira, maior, casada, nascida em 14.09.1976, do comercio, portadora do RG nº 27.881.944-8 SSP/SP e do CPF nº 321.341.498-09, residente e domiciliada na Rua Salim Mahfoud nº 370, Casa 2, Parque Terra Nova II, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09820-780 ; **Jonathas Santos Nascimento,** brasileiro, maior, solteiro, nascido em 23.10.1999, do comercio, portador do RG nº 52,515.714-1 SSP/SP e do CPF nº 507.969.868-35, residente e domiciliado na Rua Emilio Zaluar nº 133, Jardim Castro Alves, São Paulo, SP, CEP 04842-160 e **Alessandro Moura**, brasileiro, maior, casado, nascido em 02.02.1970, do comercio, portador do RG nº 18.723.505-3 SSP/SP e do CPF nº 140.180.528-04, residente e domiciliado na Rua : Eugenio de Freitas nº 525, Bloco 2, Apto. 95, Vila Guilherme, São Paulo, SP, CEP- 02060-000. O capital social da cooperativa será de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), de acordo com a Lei. A unidade de divisão do capital é a quota-parte, cujo valor unitário é de R$ 100,00 (cem reais), em moeda corrente nacional ou outra que suceder a esta, por decisão da Assembleia-Geral. Todos os associados subscreverão 250 (duzentas e cinquenta) quotas-partes no valor de R$ 100,00 (cem reais) cada uma (1/20 um vinte avos), totalizando-se R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Os cooperados eleitos, sob as penas da lei, declaram que não estão incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis. A reunião encerrou-se, sendo por mim, (nome), lavrada a ata, em livro próprio, sendo lida, conferida e rubricada por todos os presentes. Nada mais existindo de que tratar, o presidente finalizou a Assembleia Geral as 11hs:30ms, e eu, Gilberto Pires, secretário, lavrei esta ata que assino juntamente com ele, com o advogado e com os sócios supraditos. São Paulo, 01 de julho de 2024. Sylla Burani Junior - Presidente da Assembleia-Geral, Edna Oliveira Reis - Secretário da Assembleia-Geral, Luiz Aparicio Fuzaro - Advogada (OAB- 45.250SP). Cooperados: Masayuqui Yokoyma, Dorival Purcinelli, Carlos Roberto Alves, Edevan Gomes de Lima, Marcos Benite Duarte, Rogerio Akashi, Jose Rodrigues de Souza Filho, Edna Oliveira Reis, Gustavo Rodrigues Fernandes, Simone da Silva Oliveira, Raimundo Geraldo Saldanha Leite, Daniel Alves Borba Ramos, Edval Fernando Schulz, Marcelo Leocadio dos Santos, Marcelo Garcia Alves, Sebastiana Santiago de Mesquita, Robson Jose Oliveira Silva, Roberta Aparecida de Souza Araujo, Jonathas Santos Nascimento e Alessandro Moura.

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STJ nega liberdade a prefeito preso na Operação Fundraising por fraudes em licitações

As investigações, requisitadas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), sugerem que o investigado faz parte de uma organização criminosa de elevada complexidade que utiliza empresas de fachada para enriquecimento ilícito por meio de fraude a licitações, o que pode estar acontecendo desde 2007. Como parte do esquema, prefeitos de municípios catarinenses garantiriam a essas empresas resultados favoráveis nas concorrências, recebendo vantagens financeiras.

A prisão preventiva de alguns investigados foi decretada em 24 de maio para a garantia da ordem pública e econômica, além da garantia da instrução criminal, considerando a gravidade concreta das condutas praticadas, a quantidade de vezes do seu cometimento, a sua repercussão social e o risco de reiteração.

Conforme observou o ministro Og Fernandes, os elementos apurados até o momento indicam a possível consumação de relevante prejuízo por fraudes licitatórias contra diversos municípios de Santa Catarina que ultrapassa dezena de milhões de reais.

Conduta grave e reiteração delitiva justificam a medida

Ao negar a liminar, o ministro ressaltou que foram expressamente apontados os motivos que justificaram a medida adotada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Segundo mencionado na decisão, os investigados teriam cometido, em tese, os crimes de organização criminosa, peculato-desvio, contratação direta ilegal e frustação do caráter competitivo de licitação.

STF derruba norma que dava status de chefe de Poder ao procurador-geral de Justiça do RS

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) que dava ao procurador-geral de Justiça, chefe da instituição, prerrogativas e representação de chefe de Poder. A decisão unânime foi tomada na sessão plenária virtual encerrada em 28/6.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7219 foi proposta pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) contra a regra prevista na Lei Complementar estadual 7.669/1982 (Lei Orgânica do MP-RS).

O relator, ministro Gilmar Mendes, explicou que, de acordo com o artigo 2º da Constituição Federal, os poderes da República são três: Executivo, Legislativo e Judiciário. "Não há qualquer menção ao Ministério Público como um Poder do Estado", frisou. Embora tenha atribuído ao MP a categoria de instituição permanente, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a Constituição não o caracteriza como um poder nem assegura ao procurador-geral prerrogativas típicas dos chefes dos Poderes.

Ainda segundo o relator, o dispositivo foi inserido na Lei Orgânica do MP-RS por meio da Lei estadual ordinária 11.350/1999, quando o correto seria que a modificação fosse feita por lei complementar, cuja aprovação depende da maioria absoluta dos membros do Legislativo e regulamenta assuntos específicos expressamente determinados na Constituição.

Qualificadora da escalada é afastada por falta de perícia no local do furto

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, afastar a qualificadora da escalada em um caso de furto devido à não realização de perícia no local do crime, conforme estabelece o artigo 158 do Código de Processo Penal (CPP).

O processo corre em segredo de justiça. Duas pessoas foram flagradas tentando furtar aparelhos de ar-condicionado de uma lanchonete. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) reconheceu a incidência da qualificadora da escalada apenas com base em imagens de câmera de segurança e em prova testemunhal.

No recurso ao STJ, a Defensoria Pública estadual pediu a redução da pena, sustentando que não foi feito exame de corpo de delito direto para que a qualificadora da escalada fosse configurada, nem houve nenhuma justificativa para sua dispensa, o que teria violado os artigos 158, 159 e 171 do CPP.

O Ministério Público, por sua vez, afirmou que os elementos do processo eram "absolutamente suficientes para comprovar a qualificadora da escalada", uma vez que os acusados foram surpreendidos e presos em flagrante, as câmeras de segurança registraram a ação e a prova testemunhal confirmou o crime.

Perícia é imprescindível para configurar qualificadora da escalada

O relator do recurso na Sexta Turma, desembargador convocado Jesuíno Rissato, lembrou entendimento do STJ segundo o qual a incidência da qualificadora prevista no artigo 155, parágrafo 4º, II, do Código Penal exige, de fato, a realização de perícia.

Homem flagrado com mais de 390 quilos de droga em Mato Grosso continuará preso

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, no exercício da presidência, manteve a prisão de Rosivaldo Herrera Poquiviqui Durante, flagrado transportando mais de 390 quilos de drogas – cocaína e maconha –, em abril deste ano, na região do município de Porto Esperidião (MT). As substâncias teriam sido adquiridas na Bolívia.

Inicialmente, por ocasião do flagrante, ele teve a liberdade provisória concedida pelo magistrado plantonista, mas o juízo federal de Cáceres (MT) atendeu em parte o recurso do Ministério Público Federal e decretou a prisão preventiva de Rosivaldo. A decisão foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

Ao STJ, a defesa alegou que não estão presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal para a prisão preventiva. Argumentou ainda que "a nova decisão do juízo, convertendo a liberdade provisória em prisão preventiva, se deu em detrimento de exposição midiática e influenciado pura e exclusivamente política".

Grande quantidade e variedade de drogas apreendidas

O ministro Og Fernandes não verificou a ocorrência de constrangimento ilegal que justificasse a concessão de liminar no caso. Segundo o ministro, o TRF1 fundamentou a necessidade da prisão pela grande quantidade e variedade de drogas apreendidas, bem como pelo modus operandi – produtos adquiridos na Bolívia e com destino ao território nacional.

A pedido da PF, STF autoriza prisões, afastamentos e buscas para apurar monitoramento ilegal de pessoas e autoridades públicas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, atendeu pedido da Polícia Federal e decretou a prisão de cinco investigados, além de autorizar afastamentos da função, buscas e compartilhamento de informações para apuração sobre monitoramento ilegal de pessoas e autoridades públicas.

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Ministro Alexandre de Moraes entendeu que PF apontou gravidade nas condutas, risco de reiteração no crime e necessidade de resguardar as investigações. Por isso, determinou a prisão de cinco investigados.

A decisão foi tomada nos autos da PET 12732, que investiga o uso do sistema de inteligência First Mile, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), por delegados, agentes e servidores públicos. Segundo a Polícia Federal, foram constatados elementos concretos de uma organização criminosa que atuava em núcleos para elaboração de dossiês contra ministros, parlamentares e outras pessoas a fim de divulgar narrativas falsas e incitar, direta ou indiretamente, tentativa de golpe de estado e enfraquecimento das instituições.

"Os investigados, segundo a Polícia Federal, participaram de uma estrutura espúria infiltrada na Abin voltada para a obtenção de toda a ordem de vantagens para o núcleo político, produzindo desinformação para atacar adversários e instituições que, por sua vez, era difundida por intermédio de vetores de propagação materializados em perfis e grupos controlados por servidores em exercício na Abin. O Relatório da Polícia Federal traz prova da materialidade e indícios suficientes dos graves delitos praticados", destacou o ministro em sua decisão.

No parecer sobre o caso, a Procuradoria Geral da República indicou que os elementos apresentados apontam a existência de uma organização que pretendia atacar o sistema republicano. "Os elementos condensados na representação policial revelaram que a estrutura infiltrada na Agência Brasileira de Inteligência representava apenas uma célula de organização criminosa mais ampla, voltada ao ataque de opositores, instituições e sistemas republicanos. As ações do grupo criminoso não se esgotam em um único inquérito, sendo importante o compartilhamento de provas para o melhor enquadramento das condutas praticadas."

Prisões e afastamentos decretados

A Polícia Federal apontou a necessidade das prisões por conta da gravidade das condutas atribuídas aos investigados, risco de reiteração criminosa e necessidade de resguardar as investigações. O ministro atendeu o pedido.

A PF também demonstrou, na análise do ministro, a necessidade de afastamento dos cargos públicos pois poderiam "dificultar a colheita de provas e obstruir a instrução criminal, direta ou indiretamente, por meio da destruição de provas e da intimidação a outros servidores".

Foram decretadas as prisões preventivas e o afastamento dos cargos públicos de:

- Mateus de Carvalho Sposito;
- Richards Dyer Pozzer;
- Rogério Beraldo de Almeida;
- Marcelo Araújo Bormevet; e
- Giancarlo Gomes Rodrigues.

Presidente do STF discute inteligência artificial e plataformas digitais em eventos acadêmicos na Espanha

(Foto: Divulgação/STF)

Ministro Luís Roberto Barroso proferiu palestras na Universidade de Salamanca e na Conferência Anual da International Society of Public Law (ICON-S).

Plataformas digitais e inteligência artificial foram temas de palestras proferidas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, esta semana na Espanha.

Na quarta-feira (10), Barroso participou da 10ª Conferência Anual da International Society of Public Law (ICON-S), em Madrid. Com mais de duas mil pessoas inscritas, o evento é considerado o principal encontro de constitucionalistas e especialistas em direito público do mundo. O tema deste ano é "O Futuro do Direito Público".

Barroso foi um dos palestrantes do painel "Direitos Digitais e Constitucionalismo Transformador na América Latina", presidido pela presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Nancy Hernandez. Em sua palestra, ele falou sobre benefícios, riscos e necessidade de regulação das plataformas digitais e da inteligência artificial.

Segundo o ministro, sua atitude em relação ao tema é "realista, mas construtiva", em que procura destacar as utilidades positivas. Ele destacou as potencialidades da inteligência artificial no aumento da eficiência do Judiciário e sua contribuição para o avanço de direitos sociais importantes. Como exemplos, citou o direito à educação – possibilidade de ensino customizado às necessidades e às demandas de cada pessoa – e o direito à saúde pública – com diagnósticos melhores e mais baratos e telemedicina.

Além disso, apontou o impacto da tecnologia em temas relacionados ao meio ambiente, com a previsão antecipada de situações climáticas extremas e a racionalização do uso da água, entre outros benefícios. A secretária de Altos Estudos do STF, Patrícia Perrone Campos Mello, também participou da sessão.

Ministro Fachin participa de homenagem do Senado à Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos

O ministro Edson Fachin, vice-presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), participou, quinta-feira (11), de sessão solene no Plenário do Senado Federal para celebrar os 40 anos da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Anadep). Segundo o ministro, o fortalecimento da Defensoria Pública significa acesso à Justiça e materialização de direitos fundamentais para as parcelas mais necessitadas da população brasileira. "Quando falta a Defensoria, falham os direitos e se embrutece o sofrimento das pessoas mais agredidas e violadas", afirmou.

Segundo Fachin, defensoras e defensores fazem da sua profissão uma missão de vida, de serviço público e de transformação social. "São profissionais que, diariamente, enfrentam os desafios de uma sociedade desigual e complexa, buscando a efetivação dos direitos fundamentais e a promoção da paz social".

Nesse sentido, o ministro destacou que a Anadep tem sido protagonista na consolidação e no fortalecimento da Defensoria Pública como instituição democrática e republicana. Fachin disse que é testemunha da atuação da entidade no âmbito do Poder Judiciário e do STF na defesa dos direitos humanos, na democratização do acesso à justiça, na valorização da carreira e no aprimoramento da legislação brasileira.

Em nome do Poder Judiciário, o vice-presidente do STF reafirmou o compromisso constitucional visando a esforços contínuos e crescentes para uma sociedade cada vez mais livre, justa e solidária.

Também participaram da solenidade o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, a presidente da Anadep, Rivana Ricarte, o presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), Oleno Matos, entre outras autoridades.

Juros remuneratórios e moratórios compõem base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins

Em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que "os valores de juros, calculados pela taxa Selic ou outros índices, recebidos em face de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados decorrentes de obrigações contratuais em atraso, por se caracterizarem como receita bruta operacional, estão na base de cálculo das contribuições ao Pis/Pasep e da Cofins cumulativas e, por integrarem o conceito amplo de receita bruta, na base de cálculo das contribuições ao Pis/Pasep e da Cofins não cumulativas".

O relator do Tema 1.237, ministro Mauro Campbell Marques, explicou que é pacífico o entendimento do STJ segundo o qual os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais têm natureza remuneratória – são receitas financeiras, bem como os juros moratórios decorrentes do pagamento em atraso pelos clientes. Já os juros moratórios incidentes na repetição do indébito tributário, disse, têm natureza de lucros cessantes – compondo o lucro operacional da empresa.

Segundo o ministro, tanto a receita financeira quanto o lucro operacional compõem a receita bruta, que é a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins.

Classificação tributária dos juros remuneratórios e moratórios

Em seu voto, o relator afirmou que a natureza dos juros em discussão não é um tema novo no STJ, tendo sido objeto de diversos recursos, inclusive de repetitivos, como nos Temas 504, 505 e 878.

De acordo com o ministro, nos casos de recebimento por pessoas jurídicas, os juros, sejam moratórios (danos emergentes na cobrança indevida de tributo ou lucros cessantes nas demais hipóteses, como pagamentos de clientes em atraso), sejam remuneratórios (devolução de depósitos judiciais), recebem classificação contábil pela legislação tributária.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676